



Caderno II

Plano de ação

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

TRANCOSO

NOVEMBRO, 2014



ÍNDICE – CADERNO II

1. Enquadramento do plano no âmbito do sistema de gestão territorial e no Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios (SDFCI).....	2
1.1 Enquadramento do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI) no sistema de defesa da floresta contra incêndios.....	2
Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (PNDFCI)	3
Plano Regional de Ordenamento da Floresta da Beira Interior Norte (PROF BIN)	3
Plano Distrital de Defesa da Floresta contra Incêndios da Guarda (PDDFCI)	6
Plano Diretor Municipal (PDM)	6
2. Modelos de combustível, cartografia de risco e prioridades de defesa contra incêndios florestais	8
2.1 Modelos de combustíveis florestais.....	8
2.2 Cartografia de risco de incêndio florestal.....	10
2.3 Mapa de prioridades de defesa.....	13
3. Objetivos e metas do PMDFCI.....	16
3.1. Tipologia do concelho de Trancoso	19
3.2 Objetivos e Metas do PMDFCI	19
4. Eixos estratégicos	21
4.1 - 1º Eixo Estratégico – Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais	22
4.1.1 Levantamento da rede de defesa da floresta contra incêndios (RDFCI).....	23
Rede de Faixas de Gestão de combustível (FGC) e mosaico de parcelas de gestão de combustível (MPGC)	23
Rede Viária Florestal (RVF)	26



Rede de Pontos de Água (RPA)	28
Silvicultura no âmbito da DFCI	29
4.1.2 Planeamento das ações referentes ao 1º eixo estratégico	30
Rede de FGC e MPGC, RVF e RPA	30
Rede de FGC e MPGC	35
Implantação de novas edificações no espaço florestal ou rural	43
Rede Viária Florestal	45
Rede de pontos de água	48
Metas e indicadores	49
Orçamento e responsáveis	50
4.2 - 2º Eixo Estratégico – Redução da incidência dos incêndios	54
4.2.1 Avaliação referentes ao 2º eixo estratégico	55
Comportamentos de Risco	55
Fiscalização	57
4.2.2 Planeamento das ações referentes ao 2º eixo estratégico	57
Sensibilização	57
Fiscalização	59
Metas e indicadores	60
Orçamento e responsáveis	61
4.3 - 3º Eixo Estratégico – Melhoria e eficácia do ataque e da gestão dos incêndios	62
4.3.1 Avaliação referente ao 3º eixo estratégico	63
Vigilância e deteção	63
1ª Intervenção	66



Rescaldo e vigilância pós-incêndio	67
4.3.2 Planeamento das ações referentes ao 3º eixo estratégico	68
Metas e indicadores	68
Orçamento e responsáveis	69
4.4 - 4º Eixo Estratégico – Recuperar e reabilitar ecossistemas	70
4.4.1 Avaliação referentes ao 4º eixo estratégico	70
Estabilização de emergência.....	70
Reabilitação de povoamentos e <i>habitats</i> florestais.....	71
4.4.2. Planeamento das ações referentes ao 4.º Eixo Estratégico.....	71
Estabilização de emergência.....	71
Reabilitação de povoamentos e habitats florestais.....	71
4.5 - 5º Eixo Estratégico – Adoção de uma estrutura orgânica funcional e eficaz.....	72
4.5.1 Avaliação das ações referentes ao 5º eixo estratégico.....	72
Formação	72
4.5.2 Planeamento de ações referentes ao 5º eixo estratégico	73
Organização do sistema de defesa da floresta contra incêndios (SDFCI)	73
Formação da CMDFCI	75
Reuniões da CMDFCI	75
Aprovação do Plano operacional municipal (POM) e período de vigência do plano municipal de defesa da floresta contra incêndios	75
5. Estimativa de orçamento para a implementação do Plano.....	77
Anexo – Cartografia de Pormenor	78



ÍNDICE DE CARTOGRAFIA – CADERNO II

MAPA 1 – Mapa de modelos de combustíveis florestais do Concelho de Trancoso	9
MAPA 2 – Mapa de perigosidade de incêndio florestal do Concelho de Trancoso	11
MAPA 3 – Mapa de risco de incêndio florestal do Concelho de Trancoso	12
MAPA 4 – Mapa de prioridade de defesa do Concelho de Trancoso.....	13
MAPA 5 – Mapa de rede de faixas de gestão de combustível e mosaicos de parcelas de gestão de combustível do Concelho de Trancoso	25
MAPA 6 – Mapa da rede viária florestal do Concelho de Trancoso.....	27
MAPA 7 – Mapa da rede de pontos de água do Concelho de Trancoso.....	28
MAPA 8 – Mapa de silvicultura no âmbito da DFCI do Concelho de Trancoso.....	29
MAPA 9 – Mapa da rede de FGC e MPGC, RVF e RPA do Concelho de Trancoso – ANO I	31
MAPA 10 – Mapa da rede de FGC e MPGC, RVF e RPA do Concelho de Trancoso – ANO II	31
MAPA 11 – Mapa da rede de FGC e MPGC, RVF e RPA do Concelho de Trancoso – ANO III.	32
MAPA 12 – Mapa da rede de FGC e MPGC, RVF e RPA do Concelho de Trancoso – ANO IV.	33
MAPA 13 – Mapa da rede de FGC e MPGC, RVF e RPA do Concelho de Trancoso – ANO V.....	34
MAPA 14 – Mapa das zonas prioritárias de dissuasão e fiscalização do concelho de Trancoso	59
MAPA 15 – Mapa de fiscalização do concelho de Trancoso.....	65
MAPA 16 – Mapa de tempos de intervenção do concelho de Trancoso	66



ÍNDICE DE QUADROS – CADERNO II

QUADRO 1 – Descrição dos modelos de combustíveis florestais de acordo com o mapa de ocupação do solo	8
QUADRO 2 – Objetivos e metas para o concelho de Trancoso.....	19
QUADRO 3 – Rede de FGC e MPGC no concelho de Trancoso	35
QUADRO 4 – Rede viária florestal	45
QUADRO 5 – Rede de pontos de água	48
QUADRO 6 – Metas e indicadores	49
QUADRO 7 – Orçamento e responsáveis	52
QUADRO 8 – Comportamentos de risco – Diagnóstico (tendo por base a avaliação de 2013).....	56
QUADRO 9 – Tabela de fiscalização – dados do ano 2013	57
QUADRO 10 – Sensibilização.....	58
QUADRO 11 – Metas e Indicadores referentes ao 2º eixo estratégico para o concelho de Trancoso	60
QUADRO 12 – Orçamento e responsáveis para o 2º eixo estratégico	61
QUADRO 13 – Índice entre o número de incêndios florestais e equipas de vigilância e deteção (2011-2013) nas fases de perigo – Alfa, Bravo, Charlie, Delta e Echo.....	65
QUADRO 14 – Índice entre o número de incêndios florestais e equipas e número de elementos de 1ª intervenção nas fases de perigo.	67
QUADRO 15 – Número de reacendimentos por ano, para um período de 2002 a 2013.....	67
QUADRO 16 – Metas e indicadores	68
QUADRO 17 – Orçamento e responsáveis	69
QUADRO 18 – Formação	72
QUADRO 19 – Competências das entidades intervenientes no SDFCI	74
QUADRO 20 – Estimativa de orçamento na formação da CMDFCI	75



QUADRO 21 – Cronograma de reuniões da CMDFCI	75
QUADRO 22 – Estimativa de orçamento para a implementação do PMDFCI	77

ÍNDICE DE ESQUEMAS – CADERNO II

ESQUEMA 1 - Componentes da cartografia de risco (Fonte: Guia Técnico do PMDFCI, AFN 2012).....	10
---	----



CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (SDFCI)



1. ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (SDFCI)

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios visa, em primeiro lugar operacionalizar ao nível local e municipal as normas contidas na legislação DFCI, em especial no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro e legislação complementar, nomeadamente no Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, nos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) e nos Planos Distritais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PDDFCI).

O PMDFCI é um **plano de natureza sectorial** e de **carácter obrigatório**, em conformidade com o DL 124/2006, de 28 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro. Em termos gerais, é um instrumento operacional, que abrange toda a área florestal do Concelho de Trancoso e que pretende atuar ao nível da prevenção, sensibilização, vigilância, deteção e supressão, intervindo estrategicamente ao nível da defesa da floresta contra incêndios.

1.1 ENQUADRAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (PMDFCI) NO SISTEMA DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

Neste capítulo do Plano, pretende-se fazer o enquadramento do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI) no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra incêndios (SNDFCI), de acordo com o Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (PNDFCI) e de acordo com Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Norte (PROFBIN), bem como, toda a legislação subjacente a esta temática.

O PNDFCI enquanto base para a elaboração do PMDFCI, define a política e as medidas para a defesa da floresta contra incêndios, a médio e a longo prazo, particularmente através da prevenção, de sensibilização, de vigilância, de deteção, de supressão, e de coordenação de meios e agentes envolvidos, para os quais define objetivos e metas, a sua calendarização, orçamentação, e respetivos indicadores de execução e desempenho.

A implementação do PMDFCI, com um horizonte de planeamento de 5 anos, e irá permitir desenvolver um conjunto de ações com o objetivo claro de diminuir o número de ocorrências, bem como a área ardida. Por força do disposto no número 4 do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, constitui um instrumento operacional de planeamento, programação, organização e execução de um conjunto de ações de prevenção, pré-supressão e reabilitação de áreas ardidas, que visam concretizar os objetivos definidos no PNDFCI.

A elaboração do PMDFCI é sustentada nas características específicas do território, nomeadamente as decorrentes da sua natureza urbana, periurbana ou rural e das funções dominantes desempenhadas pelos espaços florestais. É neste contexto que é operacionalizada e implementada a estratégia de



Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI), a nível do município, com os vários instrumentos de gestão a nível local, regional e nacional.

PLANO NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (PNDFCI)

O Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (**PNDFCI**), aprovado pela RCM n.º 65/2006 de 26 de Maio, enuncia a estratégia e determina os objetivos, as prioridades e as intervenções a desenvolver para atingir as metas preconizadas. Este plano pretende contribuir, a par de demais legislação já aprovada e a aprovar, para a definição de uma estratégia e a articulação metódica e equilibrada de um conjunto de ações com vista a fomentar a gestão ativa da floresta, criando condições propícias para a redução progressiva dos incêndios florestais.

Estabelece um quadro de responsabilidades muito claro, remetendo o encargo das ações de prevenção estrutural, nas vertentes de sensibilização, planeamento, organização do território, silvicultura e construção de infraestruturas, ao atual **Instituto de Conservação da Natureza e Florestas** (ICNF), a coordenação das ações de prevenção relativas à vertente da vigilância, deteção e fiscalização à **Guarda Nacional Republicana** (GNR) e a coordenação das ações de combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio à **Autoridade Nacional de Proteção Civil** (ANPC).

O PNDFCI pretende contribuir, a par da demais legislação, para a definição de uma estratégia que sirva para fomentar a gestão ativa da floresta, criando condições propícias para a redução progressiva dos incêndios florestais.

O alcance dos objetivos, ações e metas desenvolvidos no PNDFCI, assentam em cinco eixos estratégicos:

1. Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais
2. Redução da incidência dos incêndios
3. Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios
4. Recuperar e reabilitar os ecossistemas
5. Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz

PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DA FLORESTA DA BEIRA INTERIOR NORTE (PROF BIN)

Os princípios orientadores da política florestal, definida na Lei de Bases da Política Florestal aprovada pela Lei n.º 33/96 de 17 de Agosto, nomeadamente os relativos à organização dos espaços florestais, determinam que o ordenamento e gestão destes espaços se fazem através de planos regionais de



ordenamento florestal (PROF), cabendo a estes a explicitação das práticas de gestão a aplicar aos espaços florestais, manifestando um carácter operativo face às orientações fornecidas por outros níveis de planeamento e decisão política.

Neste sentido, o Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Norte (PROF BIN), no qual se enquadra o município de Trancoso, apresenta um diagnóstico da situação atual na região, e efetua uma análise estratégica que permite definir objetivos gerais e específicos, delinear propostas de medidas e ações, bem como definir normas de intervenção para os espaços florestais e modelos de silvicultura, aplicáveis a povoamentos tipo, com vista ao cumprimento dos objetivos enunciados.

Devendo ser encarado como instrumento dinâmico, suscetível de ser atualizado, este plano vigora por um período máximo de 20 anos, podendo ser sujeito a alterações periódicas, a efetuar de 5 em 5 anos, tendo em consideração os relatórios anuais da sua execução elaborados pela Direcção-Geral dos Recursos Florestais ou a alterações intermédias sempre que ocorra algum facto relevante que o justifique.

No presente PROF, a organização dos espaços florestais e respetivo zonamento, é feita ao nível de sub-regiões homogéneas, tendo sido delimitadas na BIN 10 sub-regiões, sendo a todas elas comum a prossecução de princípios orientadores, objetivos gerais e dos seguintes objetivos específicos:

- Diminuir o número de ignições de incêndios florestais;
- Diminuir a área queimada;
- Promover o redimensionamento das explorações florestais de forma a otimizar a sua gestão, nomeadamente:
 - Divulgar informação relevante para o desenvolvimento da gestão florestal;
 - Realização do cadastro das propriedades florestais;
 - Redução das áreas abandonadas;
 - Criação de áreas de gestão única de dimensão adequada;
 - Aumentar a incorporação de conhecimentos técnico-científicos na gestão através da sua divulgação ao público-alvo;
- Aumentar o conhecimento sobre a silvicultura das espécies florestais;
- Monitorizar o desenvolvimento dos espaços florestais e o cumprimento do Plano.

O PROFBIN caracteriza o concelho de Trancoso em duas sub-regiões homogéneas, na sub-região homogénea do Douro e Côa (1%) e na sub-região homogénea da Raia Norte (10%).

A sub-região do **Douro e Côa** destaca-se por ser uma região caracterizada por um elevado índice de desertificação. Os espaços florestais apresentam um bom potencial para a atividade de silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores, mas o aproveitamento destas potencialidades, só pode ser feito, obedecendo a medidas de proteção do solo em toda a região.



Os espaços florestais da sub-região da **Raia Norte** apresentam um grande potencial para o desenvolvimento das atividades da silvopastorícia, da caça e da pesca em águas interiores, mas tem também um bom potencial para produção lenhosa. O desenvolvimento destas potencialidades, pode e deve ser feito de forma integrada, tendo-se no entanto, de ter em conta medidas de proteção do solo nas cabeceiras das principais bacias hidrográficas e vertentes mais declivosas.

O mesmo plano define como modelos de silvicultura adequados ao concelho de Trancoso, os seguintes:

- Povoamento puro de carvalho-negral, para produção de lenho e de fruto
- Povoamento puro de castanheiro em alto fuste e em talhadia, para produção de lenho e em alto fuste, para produção de fruto
- Povoamento puro de sobreiro, para produção de cortiça e silvopastorícia, na zona Este do concelho.
- Povoamento puro de pinheiro-manso, para produção de lenho e de fruto.
- Povoamento puro de azinheira, para produção de fruto e lenho.
- Povoamento puro de pinheiro bravo, para produção de lenho
- Povoamento misto de pinheiro bravo e castanheiro, para produção de lenho

São ainda de consideradas espécies de árvores florestais indicadas, as seguintes:

- Amieiro (*Alnus glutinosa*)
- Azinheira (*Quercus rotundifolia*)
- Carrasco (*Quercus coccifera*)
- Cipreste-comum (*Cupressus sempervirens*)
- Cipreste-de-Lawson (*Chamaecyparis lawsoniana*)
- Cipreste-do-Buçaco (*Cupressus lusitanica*)
- Freixo (*Fraxinus angustifolia*)
- Plátano (*Platanus hispanicus*)
- Medronheiro (*Arbutus unedo*)
- Salgueiro (*Salix alba*)
- Sobreiro (*Quercus suber*)
- Tília (*Tília platyphyllos*)
- Zimbro (*Juniperus communis*)

Consta ainda no PROF BIN a existência no Concelho de Trancoso, de uma exploração florestal pública, com a designação de **Perímetro Florestal (PF) da Serra do Pisco**, que deverá ser submetida a regime florestal e obrigada à elaboração de Plano de Gestão Florestal.



PLANO DISTRITAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DA GUARDA (PDDFCI)

O PDDFCI da Guarda pretende estabelecer a estratégia distrital de DFCI, através de medidas de planeamento integrado das intervenções, das diferentes entidades, e de acordo com os objetivos resultantes do PNDFCI e em concordância com o PROF BIN. O planeamento distrital, através do PDDFCI, desempenha a função intermédia de planeamento, apresenta um enquadramento estratégico e caracteriza-se pela ordenação e organização das ações e dos objetivos definidos no PNDFCI, a uma escala distrital.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL (PDM)

O Plano Diretor Municipal (PDM) é o instrumento de política de ordenamento do território e modelo de organização, que assenta na identificação das especificidades dos recursos naturais e territoriais. O PDM pretende acautelar, a programação e respetiva concretização das políticas com incidência no território, promovidas pela Administração Central através de Planos Setoriais.

De acordo com o PDM a área do Concelho apresenta classes de ocupação e classificação condicionadas pelo uso potencial e especificidades do território. Estão incluídas neste espaço as áreas delimitadas na planta de ordenamento do Concelho com diversas classificações incluindo as áreas da RAN e da REN.

Dado que o PDM de Trancoso se encontra em revisão considera-se desnecessário um enquadramento com o PDM atualmente em vigor, dado que é muito antigo.



CAPÍTULO II

MODELOS DE COMBUSTÍVEL, CARTOGRAFIA DE RISCO E PRIORIDADES DE DEFESA CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS



2. MODELOS DE COMBUSTÍVEL, CARTOGRAFIA DE RISCO E PRIORIDADES DE DEFESA CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS

2.1 MODELOS DE COMBUSTÍVEIS FLORESTAIS

A caracterização e cartografia das estruturas de vegetação, segue a classificação criada pelo *Northern Forest Fire Laboratory* (NFFL), com a descrição de cada modelo à qual foi adicionado uma orientação da aplicabilidade ao território continental desenvolvida por Fernandes, P. M..

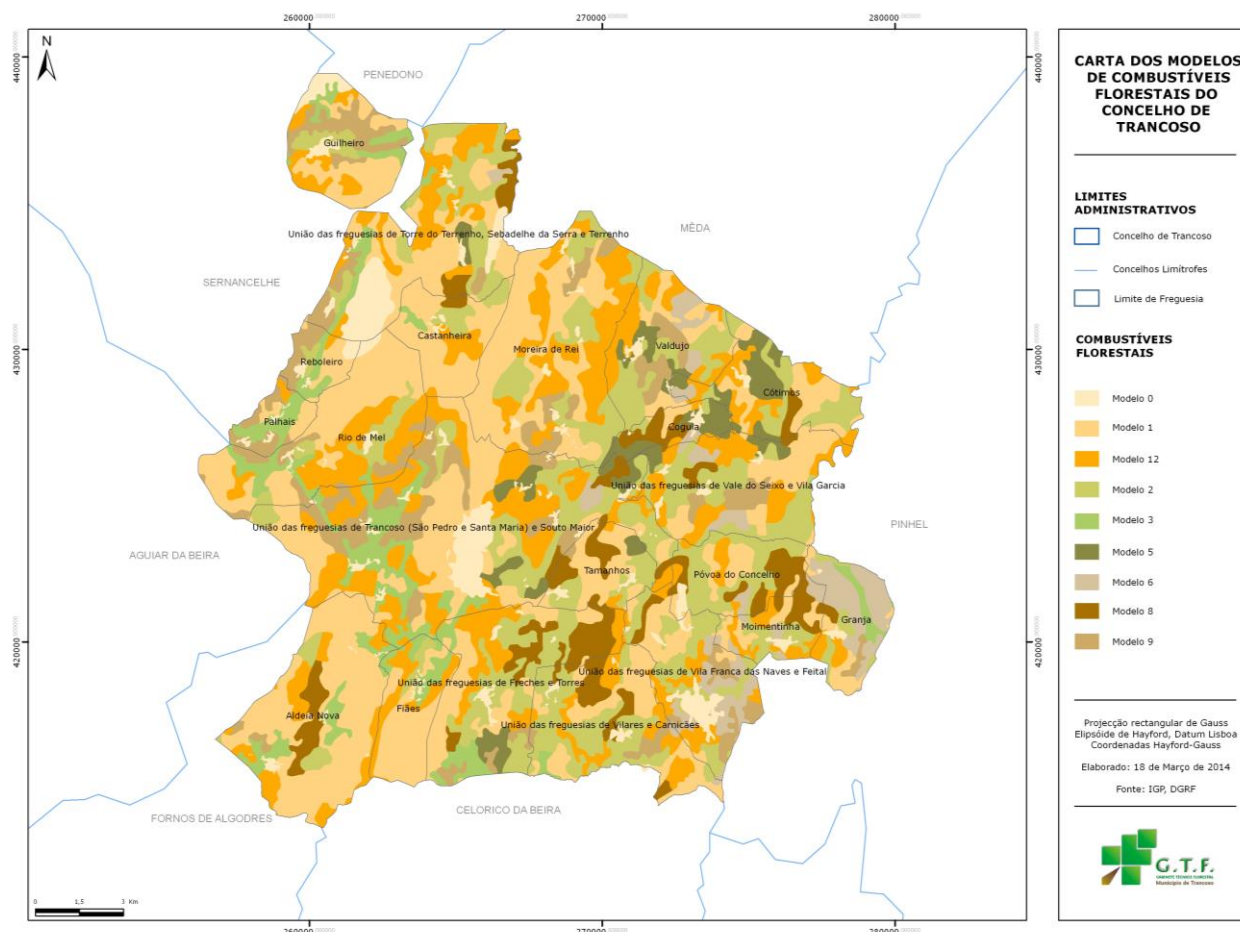
A elaboração do mapa de Modelos de Combustíveis Florestais é produzida, tendo como base a cartografia da ocupação do solo (COS' 2007), com recurso a atribuição de um modelo de combustível existente a uma determinada mancha de vegetação com características mais ou menos homogêneas (Quadro 2).

QUADRO 1 – Descrição dos modelos de combustíveis florestais de acordo com o mapa de ocupação do solo

GRUPO	MODELO	DESCRIÇÃO
	0	Agrícola, urbano ou linhas de água
Herbáceo	1	Pasto fino, seco e baixo, com altura abaixo do joelho, que cobre completamente o solo. Os matos ou as árvores cobrem menos de 1/3 da superfície. Os incêndios propagam-se com grande velocidade pelo pasto fino. As pastagens com espécies anuais são exemplos típicos.
	2	Pasto contínuo, fino, seco e baixo, com presença de matos ou árvores que cobrem entre 1/3 e 2/3 da superfície. Os combustíveis são formados pelo pasto seco, folhada e ramos caídos da vegetação lenhosa. Os incêndios propagam-se rapidamente pelo pasto fino. Acumulações dispersas de combustíveis podem incrementar a intensidade do incêndio.
	3	Pasto contínuo, espesso e (≥ 1 m) 1/3 ou mais do pasto deverá estar seco. Os incêndios são mais rápidos e de maior intensidade.
Arbustivo	5	Mato denso mais baixo, com uma altura inferior a 0,6m. Apresenta cargas ligeiras de folhada do mesmo mato, que contribui para a propagação do fogo em situação de ventos fracos. Fogos de intensidade moderada.
	6	Mato mais velho do que no modelo 5, com alturas compreendidas entre 0,6 e os 2 metros de altura. Os combustíveis vivos são escassos e dispersos. No conjunto é mais inflamável do que o modelo 5. O fogo propaga-se através do mato com ventos moderados a fortes.
Manta Morta	8	Folhada em bosque denso de coníferas ou folhosas (sem mato). A folhada forma uma copa compacta ao estar formada de agulhas pequenas (5 cm ou menos) ou por folhas planas não muito grandes. Os fogos são de fraca intensidade, com chamas curtas e que avançam lentamente. Apenas condições meteorológicas desfavoráveis (temperaturas altas, humidade relativa baixa e ventos fortes) podem tornar este modelo perigoso.
	9	Folhada em bosque denso de coníferas ou folhosas, que se diferencia do modelo 8, por formar uma camada pouco compacta e arejada. É formada por agulhas largas como no caso do <i>Pinus pinaster</i> , ou por folhas grandes e frisadas como as do <i>Quercus pyrenaica</i> , <i>Castanea sativa</i> , outras. Os fogos são mais rápidos e com chamas mais compridas do que as do modelo 8.

Resíduos lenhosos	12	Resíduos de exploração mais pesados do que no modelo 11, formando uma capa contínua de maior altura (até 60 cm). Mais de metade das folhas estão ainda presas aos ramos sem terem secado completamente. Não existem combustíveis vivos que influenciem no fogo. Os incêndios têm intensidades elevadas e podem originar fagulhas incandescentes.
-------------------	----	--

Fonte: COS 2007, IGEOE (2009)

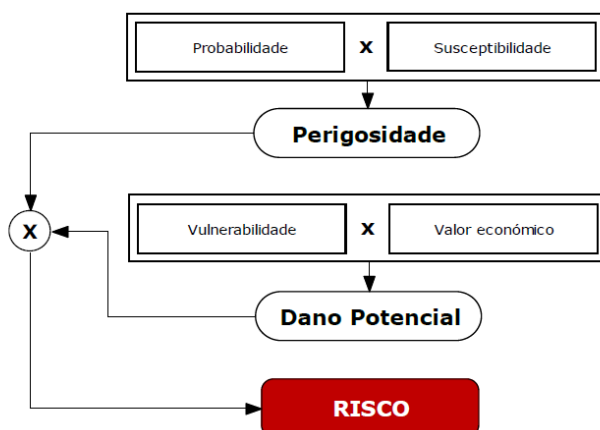


MAPA 1 – Mapa de modelos de combustíveis florestais do Concelho de Trancoso

Esta ferramenta serve de apoio para a localização de infraestruturas de defesa da floresta contra incêndios, nomeadamente das faixas de gestão de combustíveis pertencentes às redes municipais, servindo também para a definição de áreas prioritárias de silvicultura no âmbito de DFCI.

2.2 CARTOGRAFIA DE RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL

A Autoridade Florestal Nacional (atualmente integrada no ICNF), desenvolveu um modelo que deve ser utilizado para elaborar a Cartografia de Risco de Incêndio Florestal. O modelo baseia-se em 4 componentes fundamentais: *probabilidade*, *suscetibilidade*, *vulnerabilidade* e *valor económico*.



ESQUEMA 1 - Componentes da cartografia de risco (Fonte: Guia Técnico do PMDFCI, AFN 2012)

A *probabilidade* traduz a verosimilhança de ocorrência anual de um incêndio num determinado local, baseada nos períodos de recorrência e portanto, nos registos históricos de áreas ardidas. A *suscetibilidade* expressa as condições que um dado território apresenta para a ocorrência de um incêndio florestal, contribuindo melhor ou pior para que este se verifique ou adquira um potencial destrutivo superior. A *vulnerabilidade* expressa o grau de perda, a que um elemento em risco (populações, bens patrimoniais, atividades económicas, entre outros) está sujeito, designando a sua capacidade de resistência e recuperação. O *valor* designa o custo (preço) dos elementos em risco, permitindo quantificar o investimento necessário para os recuperar, em caso de acidente.

O modelo de risco de incêndio florestal adotado pela AFN, atual ICNF, compreende dois mapas:

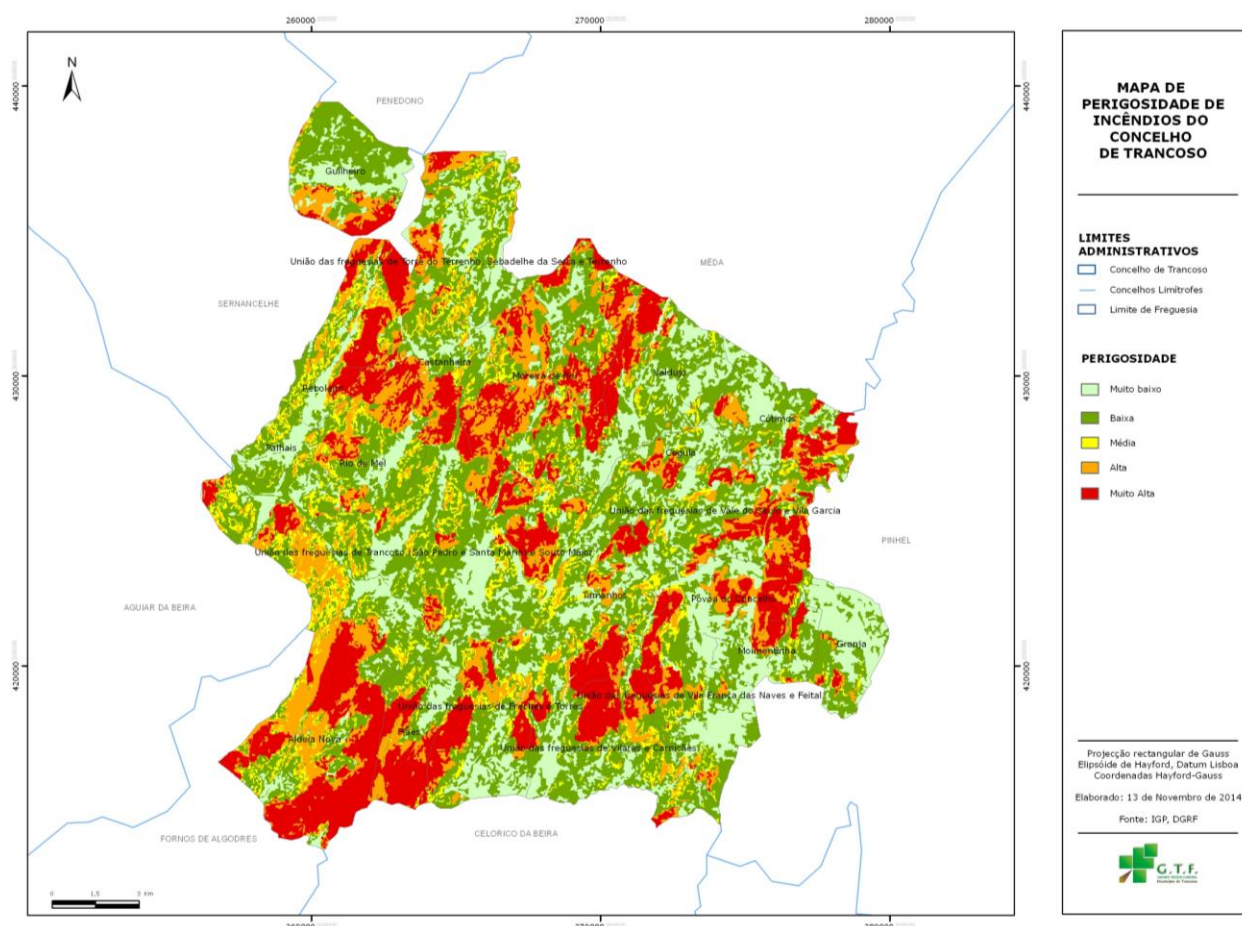
- **Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal** - deriva do produto da probabilidade com a suscetibilidade, onde ocorre um determinado fenómeno e com maior magnitude. Permite responder à questão: "*onde tenho maior potencial para que o fenómeno ocorra e adquira maior magnitude?*". Este mapa é particularmente indicado para ações de prevenção.

- **Mapa de Risco de Incêndio Florestal** - deriva do produto das componentes do mapa de perigosidade com as do dano potencial (vulnerabilidade e valor) para assinalar qual o potencial de perda surgido com o fenómeno. Quando o fenómeno passa de uma hipótese a uma realidade, o mapa de risco informa acerca do potencial de perda de cada lugar cartografado, respondendo à questão "*onde tenho condições para perder mais?*". Este mapa é particularmente indicado para ações de prevenção quando lido em conjunto com o mapa de perigosidade, e para planeamento de ações de supressão.

A utilização desta peça cartográfica assume duas vertentes principais: a utilização em modelos de simulação de comportamento do fogo, especialmente útil para a definição e localização de infraestruturas de defesa da floresta contra incêndios (e.g. faixas de gestão de combustível) e por outro lado, a informação contida pode servir como ferramenta de apoio à decisão, relativamente à definição de áreas prioritárias de silvicultura, no âmbito da DFCI.

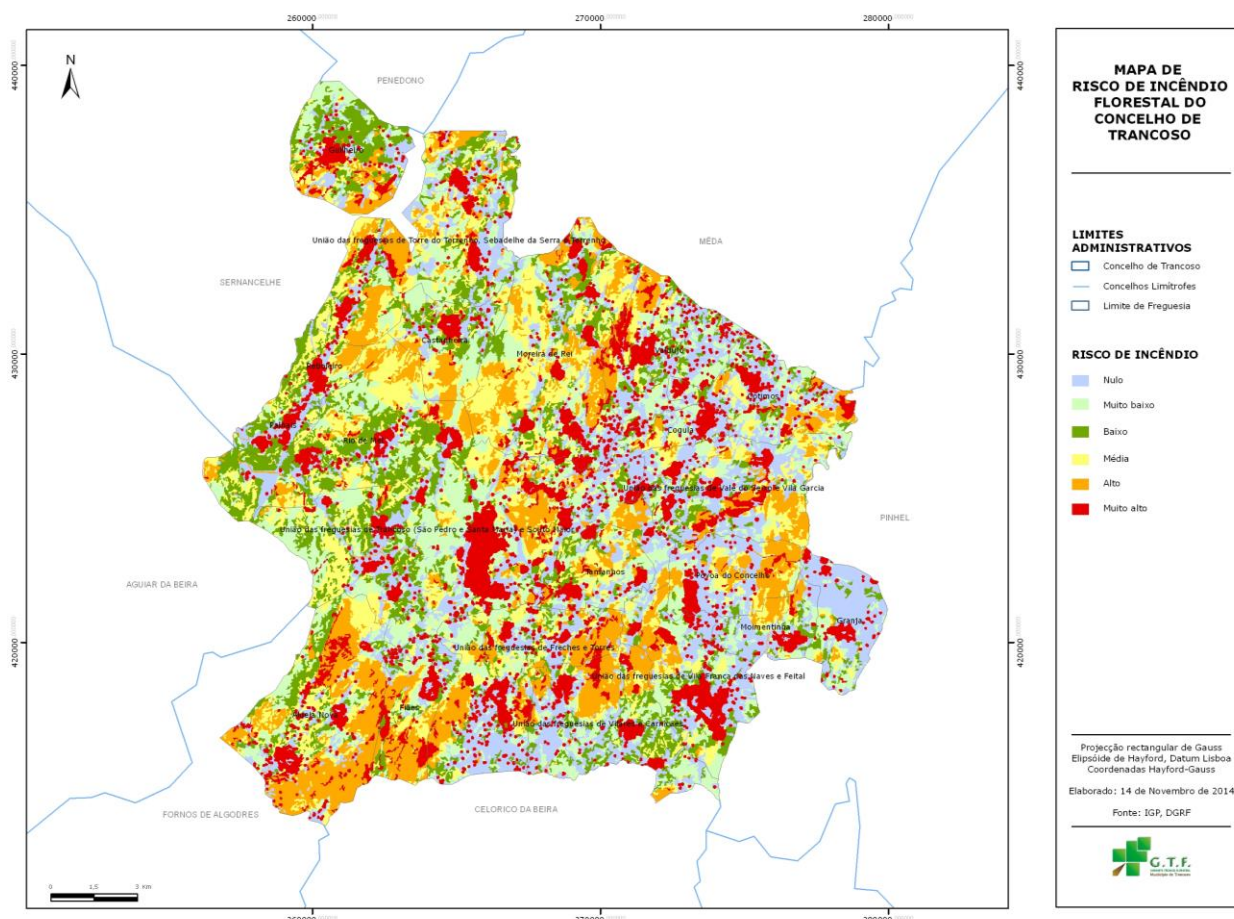
O Mapa de perigosidade de incêndio florestal resulta da combinação da probabilidade com a suscetibilidade, apresentando o potencial de um território para a ocorrência do fenómeno.

De acordo com a metodologia proposta no Guia Técnico para elaboração do PMDFCI, o Mapa de Perigosidade permite a reclassificação em 5 classes quantílicas, adicionalmente foi aplicado o tratamento que permitiu eliminar píxeis isolados (com área inferior a 5000 m²) circundados por outras classes, tornando desta forma, a classificação obtida mais homogénea. Este procedimento segue os critérios definidos no Manual Técnico do Inventário Nacional Florestal.



MAPA 2 – Mapa de perigosidade de incêndio florestal do Concelho de Trancoso

Verifica-se que 35% da área do concelho de Trancoso apresenta níveis de perigosidade alta a muito alta, por sua vez aproximadamente 57% do território apresenta perigosidade muito baixa a baixa.



MAPA 3 – Mapa de risco de incêndio florestal do Concelho de Trancoso

O mapa de Risco de Incêndio Florestal representa o potencial de perda em face do fenómeno, respondendo à questão “onde tenho condições para perder mais?”.

O Risco de Incêndio obtém-se pela multiplicação da Perigosidade pelo Dano Potencial (Vulnerabilidade x Valor). Para o cálculo da Carta de Risco utilizaram-se os dados de vulnerabilidade e valor dos elementos em risco indicados no Guia Técnico.

Do cálculo obtido para a Carta de Risco, excluíram-se as áreas agrícolas e os corpos de água, pelo facto de não corresponderem a espaços florestais e como tal, estarem isentos de risco.

De acordo com a metodologia proposta no Guia Técnico para elaboração do PMDFCI, o Mapa de Risco permite a reclassificação em 5 classes quantílicas, adicionalmente foi aplicado o tratamento que permitiu eliminar píxeis isolados (com área inferior a 5000 m²) circundados por outras classes, tornando desta forma, a classificação obtida mais homogénea. Este procedimento segue os critérios definidos no Manual Técnico do Inventário Nacional Florestal.

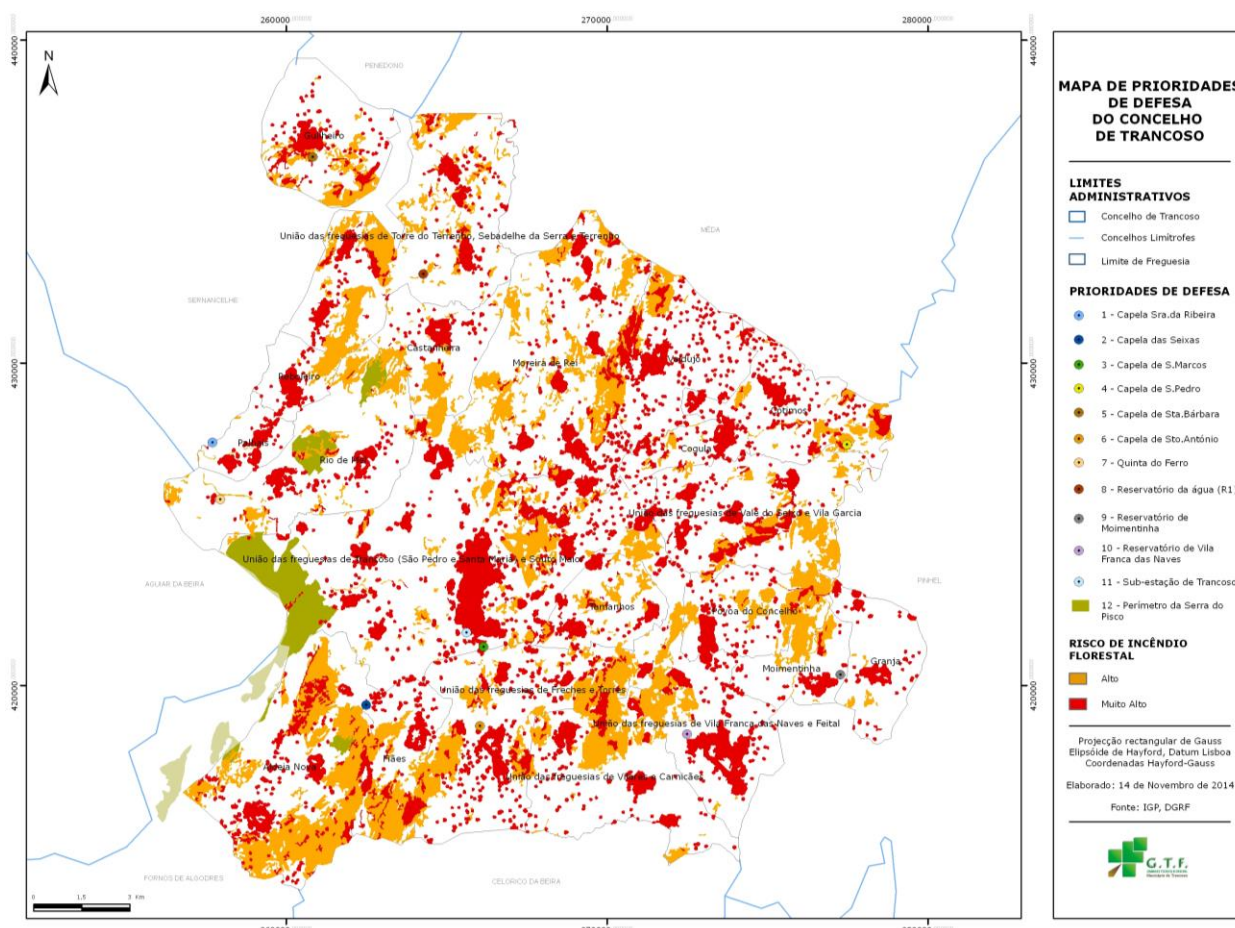
Ainda de referir que no caso das habitações dispersas se considerou uma faixa de 50 metros em torno das mesmas.

De acordo com a classificação expressa na carta de risco de incêndio florestal (muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto), o concelho de Trancoso apresenta-se maioritariamente com manchas de risco de incêndio no nível nulo e muito baixo (38%), por sua vez 32% do território do concelho está classificado em risco muito alto e alto.

2.3 MAPA DE PRIORIDADES DE DEFESA

O mapa de prioridades de defesa tem como objetivo, a identificação dos elementos que interessa proteger, através da representação das manchas de risco de incêndio florestal elevado e muito elevado, sobre as quais se desenham os elementos prioritários, como pontos ou polígonos, conforme a sua natureza.

A avaliação do potencial para a ocorrência de incêndios, do potencial de perda e a identificação das prioridades de defesa, constituem, juntamente com o diagnóstico efetuado no Caderno I, uma base de informação que orienta e justifica as opções tomadas no planeamento das ações do PMDFCI.



MAPA 4 – Mapa de prioridade de defesa do Concelho de Trancoso



As principais prioridades de defesa são os aglomerados populacionais, as habitações isoladas e as zonas florestais de elevado interesse, nomeadamente o perímetro florestal da Serra do Pisco; ainda assim, realça-se a necessidade da preservação de todo o território devido à real importância dos valores em causa.



CAPÍTULO III

OBJETIVOS E METAS DO PMDFCI



3. OBJETIVOS E METAS DO PMDFCI

Os objetivos e metas a definir neste PMDFCI são os preconizados na Resolução de Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de maio, que enuncia a Estratégia Nacional para a Defesa da Floresta Contra Incêndios (ENDFCI). Neste sentido, a tipificação do concelho tendo em consideração a sua especificidade no que respeita às duas variáveis estruturantes, número de ocorrências e área ardida, orientam os objetivos, as prioridades e as intervenções a desenvolver.

Torna-se cada vez mais evidente que se deve usar uma política baseada em ações de prevenção e coordenação, chegando assim a uma situação estável de redução de risco de incêndios, tendo sempre presente que a utilização do fogo de uma forma controlada é sempre útil para manter os ecossistemas florestais.

Assim, terão de ser tomadas medidas de proteção contra incêndios, que integrem cada vez mais ações de prevenção e que englobem os seguintes aspetos fundamentais:

GESTÃO DA VEGETAÇÃO, DESIGNADAMENTE NO QUE RESPEITA ÀS CONTINUIDADES VERTICAIS E HORIZONTAIS DE CARGAS DE COMBUSTÍVEIS.

Gestão da vegetação através de corte mecânico de matos

Sugere-se utilização de corta-matos, para as áreas de matos e bordadura dos povoamentos, onde não seja possível a aplicação de fogo controlado.

Os produtos resultantes do corte serão, sempre que possível, estilhaçados e deixados no terreno de forma a contribuir para o aumento do teor de matéria orgânica no solo e redução dos fenómenos erosivos.

Gestão da vegetação através de corte manual de matos

Sugere-se a limpeza de matos, por faixas ou manchas de dimensão variável, em zonas com intensa regeneração natural de vegetação autóctone, linhas de água ou locais cujas características orográficas permitam a criação de áreas de contenção do fogo.

REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E FORMAÇÃO DA POPULAÇÃO EM GERAL, COM ESPECIAL DESTAQUE PARA AS CLASSES ETÁRIAS MAIS JOVENS.

Para além das ações referidas relativas à gestão da vegetação, é importante a aposta na formação cívica da população.

Adequar a gestão dos espaços florestais à necessidade de conservação dos *habitats* de fauna e flora classificados, através da sensibilização dos produtores florestais para a sua importância e



aproveitar as diversas oportunidades existentes na área das ações de formação, para aumentar a especialização e o conhecimento daqueles que desenvolvem o seu trabalho em atividades relacionadas com a floresta.

INVESTIGAÇÃO DAS PRINCIPAIS CAUSAS E FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A OCORRÊNCIA DE INCÊNDIOS.

ESTUDO E APLICAÇÃO DAS TÉCNICAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEIS QUE MELHOR SE ADEQUAM ÀS CARATERÍSTICAS E CONDICIONALISMOS DO CONCELHO.

Gestão da vegetação através de fogo controlado

Consiste na eliminação, através do fogo, da parte aérea dos matos por forma a criar áreas de dimensão variável, dominadas predominantemente por gramíneas e/ou arbustos. Esta técnica é utilizada em áreas de matos e/ou sub-coberto de resinosas, pretendendo-se, concomitantemente, criar áreas de pastoreio e quebrar a continuidade vertical e horizontal dos combustíveis.

CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO DOS PONTOS DE ÁGUA.

Uma vez realizado o levantamento, caracterização e validação dos pontos de água distribuídos pelo concelho, é necessário avaliar o seu estado de conservação antes da época crítica dos incêndios. O seu acesso deverá ser fácil e rápido.

A deflagração de incêndios nos matagais, muitas vezes contíguas a povoamentos de espécies florestais resinosas, folhosas ou autóctones, prende-se sobretudo, com a criação de zonas de pasto. Assim, nestas áreas pretende-se criar zonas de pasto para o gado e fauna selvagem, para tal, deverão ser planificadas ações de fogo controlado ou promovidas queimadas devidamente licenciadas.

As manchas de vegetação autóctone, a par da vegetação ripícola e dos lameiros, formam barreiras naturais à propagação de incêndios. Deste modo, recomenda-se a limpeza e condução de manchas ou núcleos de regeneração natural autóctone sempre que as suas características possam vir a possibilitar a criação de áreas de contenção de fogos.

A gestão das galerias ribeirinhas deverá ter em atenção, por um lado, a maior importância e sensibilidade ecológica destes espaços e por outro, a necessidade de evitar que estas formações se transformem em corredores preferenciais na propagação dos fogos, como vem sucedendo (devido quer à topografia, quer à elevada densidade e continuidade do combustível, quer ainda à alta inflamabilidade em condições edafoclimáticas desfavoráveis).



Também se deve ter em conta as Faixas de Redução dos Combustíveis (FGC) no planeamento da rede viária estruturante, nacional, municipal e local. Essa abordagem tem como objetivos diminuir a probabilidade da deflagração de fogos nas bermas das estradas, dificultar a propagação de focos nascentes e facilitar a utilização destas vias como pontos de acesso e de apoio ao combate das frentes de fogo.

As FGC, com uma largura mínima de 100m em redor das povoações, não são delineadas para deter um fogo, mas sim para conferir às forças responsáveis pelo combate aos incêndios, uma maior probabilidade de sucesso no ataque e contenção de um grande incêndio florestal. O traçado das FGC tem em consideração as particularidades da paisagem e o histórico dos (grandes) fogos na região, designadamente no que respeita às causas da ignição e às condições meteorológicas e de combustíveis que propiciam o seu desenvolvimento, provocando incêndios de grande extensão e intensidade. Neste sentido, deverá ser constantemente recolhida toda a informação disponível sobre anteriores eventos catastróficos e sobre a sua causalidade, aproveitado o conhecimento de técnicos, guardas florestais, bombeiros, sapadores e trabalhadores rurais com experiência local em ações de combate e prevenção de incêndios.

A eficácia das FGC está dependente da capacidade de, em caso de emergência, nelas se concentrarem os recursos de combate; neste sentido, é fundamental não só o sucesso das estratégias de diminuição do número de ignições em situações meteorológicas de elevado perigo de incêndio, mas também a diminuição do risco potencial das diversas infraestruturas (habitações, etc.). A conceção de uma FGC implica a adoção simultânea de programas de manutenção (em intervalos de 2-5 anos), sem os quais se pode tornar ineficaz e até mesmo perigosa. A manutenção deverá, desejavelmente, ser integrada com atividades geradoras de recursos financeiros como a silvopastorícia, a gestão cinegética, a recolha de biomassa para energia, a agricultura ou a produção de frutos silvestres. Igualmente deverá ser otimizada a utilização dos sapadores florestais ou de outras estruturas locais que operem na gestão de combustíveis.

Também existe a necessidade de um aperfeiçoamento das comunicações da rede de rádio entre os Bombeiros e os Sapadores Florestais e restantes Equipas de Vigilância.

O cumprimento, mesmo que coercivo, do Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, por parte de entidades públicas e privadas, muito pode contribuir para a existência de mais áreas tratadas e consequentemente potenciadoras de incêndios menos violentos, menos rápidos na propagação das chamas e com menor área consumida.

A Rede Primária (RP) de faixas de gestão de combustível foi já aprovada em sede de Comissão Distrital de Defesa da Floresta, tendo sido parte executada entre 2009 e 2013. É uma estrutura que tem carácter supramunicipal e deverá ser mantida regularmente.



3.1. TIPOLOGIA DO CONCELHO DE TRANCOSO

A tipologia dos concelhos surge da tipificação definida pela AFN, atual ICNF, com base no *número de ocorrências* e *área ardida* em cada concelho, para distinguir os vários tipos de problemas/soluções associados à incidência do fogo. Esta classificação enquadra quatro tipologias, demarcadas de acordo com os limiares de "*pouco*" e "*muito*", definidos pela mediana do conjunto das ponderações do número de ocorrências e da área ardida em povoamentos e matos. Deste modo, os municípios do território Continental foram divididos em quatro modelos de tipologias:

- Poucas ocorrências e Pouca área ardida (T1)
- Poucas ocorrências e Muita área ardida (T2)
- Muitas ocorrências e Pouca área ardida (T3)
- Muitas ocorrências e Muita área ardida (T4)

Com base no diagnóstico realizado no Caderno I, o município de Trancoso enquadra-se na **tipologia T2**.

3.2 OBJETIVOS E METAS DO PMDFCI

QUADRO 2 – Objetivos e metas para o concelho de Trancoso

OBJETIVOS	METAS				
	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
SENSIBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO Programas a desenvolver ao nível local, e dirigidos a grupos específicos da população rural, em função dos históricos das causas dos incêndios	Anualmente a CMDFCI, de acordo com o PMDFCI, desenvolve estas ações				
REDUÇÃO DO NÚMERO DE OCORRÊNCIAS	3%	5%	7%	8%	10%
REDUÇÃO DA ÁREA ARDIDA	5%	6%	7%	8%	10%
REDUÇÃO DO NÚMERO DE REACENDIMENTOS	Redução para menos de 0,5% do número de reacendimentos				
TEMPO DE INTERVENÇÃO	Eliminação de tempos de intervenção superiores a 60 minutos				



CAPÍTULO IV

EIXOS ESTRATÉGICOS



4. EIXOS ESTRATÉGICOS

O PNDFCI consagra um conjunto de objetivos, ações e metas, alcançáveis mediante a intervenção em três domínios prioritários: prevenção estrutural, vigilância e combate. Neste contexto, são identificados cinco eixos estratégicos de atuação:

1º Eixo Estratégico – *Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais*

2º Eixo Estratégico – *Redução da incidência de incêndios*

3º Eixo Estratégico – *Melhoria da eficácia do ataque e da gestão aos incêndios*

4º Eixo Estratégico – *Recuperar e reabilitar os ecossistemas*

5º Eixo Estratégico – *Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz.*

O PMDFCI deve conter as ações necessárias à defesa da floresta contra incêndios e, para além das ações de prevenção, incluir a previsão e programação integrada das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios, conforme preconizado no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14 de janeiro. Para o cumprimento do disposto, o PMDFCI de Trancoso centrar-se-á nos eixos estratégicos definidos.



4.1 - 1º EIXO ESTRATÉGICO – AUMENTO DA RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

Neste eixo estratégico define-se o ordenamento e planeamento florestal, definindo as ações de prevenção que se prendem com a gestão da vegetação (para diminuir a área ardida), realizando intervenções localizadas nas zonas de interface agrícola e urbano com a floresta para proteção dos edifícios e outras infraestruturas, dando resposta ao disposto no artigo 15.º do DL 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo DL 17/2009, de 14 de janeiro, definindo os espaços florestais onde será obrigatória a gestão de combustíveis, na várias infraestruturas presentes e se operacionaliza, ao nível municipal, as faixas de gestão de combustível previstas nos níveis de planificação regional e nacional.

Pretende-se que a gestão florestal sustentada seja uma tarefa partilhada, onde se prevejam medidas de defesa dos povoamentos contra os incêndios florestais, em especial no que concerne à criação/manutenção de infraestruturas. Tendencialmente deverão ser facilitadas as ações de pré-supressão e supressão.

É fundamental delinear uma linha de ação que realize a gestão funcional dos espaços e introduza ao mesmo tempo, princípios de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Essas medidas deverão atuar ao nível da estrutura, relacionadas com a disposição e distribuição do estrato subarbustivo, arbustivo e arbóreo. Neste eixo de atuação é importante aplicar estrategicamente sistemas de gestão de combustível, desenvolver processos que permitam aumentar o nível de segurança de pessoas e bens e tornar os espaços florestais mais resilientes à ação do fogo.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	- Promover a gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas.
OBJETIVOS OPERACIONAIS	- Proteger zonas de interface urbano/florestal; - Implementar programas de redução de combustíveis; - Condicionar trabalhos / acesso a áreas florestais, durante o período crítico; - Definir prioridades de planeamento e execução das infraestruturas de DFCI face ao risco; - Criar e aplicar orientações estratégicas para a gestão das áreas florestais.
AÇÕES	- Criar e manter redes de faixas de gestão de combustível, intervindo prioritariamente nas zonas com maior vulnerabilidade aos incêndios; - Implementar mosaicos de parcelas de gestão de combustível; - Promover ações de silvicultura no âmbito da DFCI; - Promover ações de gestão de pastagens; - Criar e manter redes de infraestruturas (rede viária florestal e rede de pontos de água); - Divulgar técnicas de ajardinamento com maior capacidade de resiliência aos incêndios florestais.



4.1.1 LEVANTAMENTO DA REDE DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (RDFCI)

REDE DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL (FGC) E MOSAICO DE PARCELAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL (MPGC)

As faixas de gestão de combustíveis que integram as redes primárias, secundárias, terciárias e os mosaicos de parcelas de gestão de combustível, conforme estabelecido no DL 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo DL n.º 17/2009, de 14 de junho, cumprindo um papel fundamental na prevenção de incêndios.

Tendo como preocupação a clarificação dos conceitos de silvicultura no âmbito da DFCI, rede secundária de FGC e MPGC apresentam-se de seguida alguns conceitos.

CONCEITO	DEFINIÇÃO	OBJETIVO	LOCALIZAÇÃO
Silvicultura no âmbito da DFCI	Conjunto de medidas aplicadas aos povoamentos florestais, matos e formações espontâneas	Diminuir o perigo de incêndio e garantir a máxima resistência da vegetação, à passagem do fogo	Não localizada estrategicamente (em função do regime do fogo e das estratégias de combate) e com possibilidade de ser aplicada em todo o território
REDE SECUNDÁRIA DE FGC	Conjunto de parcelas lineares de território, onde se garante a remoção total ou parcial de biomassa florestal, através da afetação a usos não florestais e do recurso a determinadas técnicas silvícolas	Diminuir o perigo de incêndio	Estrategicamente localizadas (protegendo de forma passiva, pessoas e bens)
MPGC	Conjunto de parcelas do território, no interior dos compartimentos definidos pelas redes primária e secundária, onde, através de ações de silvicultura, se procede à gestão dos vários estratos de combustível e à diversificação da estrutura e composição das formações vegetais. Podem ainda ser considerados MPGC os terrenos agrícolas, águas interiores, terrenos percorridos pelos incêndios nos últimos 2 anos (desde que apresentem pouca carga combustível), afloramentos rochosos e infraestruturas desportivas (campos de futebol).	Diminuir o perigo de incêndio	Estrategicamente localizadas (em função do regime do fogo e das estratégias de combate previamente planeadas)

O objetivo principal das FGC passa por reduzir os efeitos da passagem de incêndios, protegendo de forma passiva as vias de comunicação, infraestruturas, zonas edificadas, povoamentos florestais entre outros, através da redução/alteração dos combustíveis, atuando sobre a quantidade e a distribuição da vegetação no sentido de diminuir a intensidade de um fogo, pelo corte manual ou mecânico do combustível de superfície (herbáceo, subarbustivo e arbustivo) tendo sempre presente a remoção ou destroçamento, a supressão da parte inferior das copas e a abertura dos povoamentos.

Na RFGC delimitada neste PMDFCI, os responsáveis pela sua execução são obrigados a cumprir os seus deveres de acordo com os critérios para a gestão de combustíveis no âmbito das redes



secundárias de gestão de combustíveis definidos no Anexo ao DL 124/2006, de 28 de junho, republicado pelo DL 17/2009, de 14 de janeiro. Cumprindo com a calendarização prevista no PMDFCI.

A execução das FGC para proteção das edificações, designadamente as habitações, estaleiros, armazéns, oficinas, fábricas ou outros equipamentos, deverá ser realizada sempre que se verifique o incumprimento dos critérios referidos.

As FGC definidas neste Plano, que se encaixam na Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível, conforme referido no Art.º 15.º do referido DL, de interesse municipal e no âmbito da proteção civil de populações e infraestruturas, desenvolvem-se sobre a rede viária, rede ferroviária, rede das linhas de transporte e distribuição de energia elétrica (muito alta, alta e média tensão), aglomerados populacionais, edificações isoladas, inseridos ou confinantes com espaços florestais, em que a execução das mesmas é da responsabilidade das entidades gestoras. Sempre que estas se intersetem com outras, são estas entidades que têm a responsabilidade da gestão de combustível.

Na *rede viária* inserida nos espaços florestais, foram delimitadas faixas de gestão de combustível com 10 metros para cada lado, sendo da responsabilidade a sua execução das Estradas de Portugal, S.A., no caso de estradas nacionais (EN), entidade concessionária, no caso do itinerário principal e do Município de Trancoso e Juntas/União de Freguesia, as restantes estradas e caminhos.

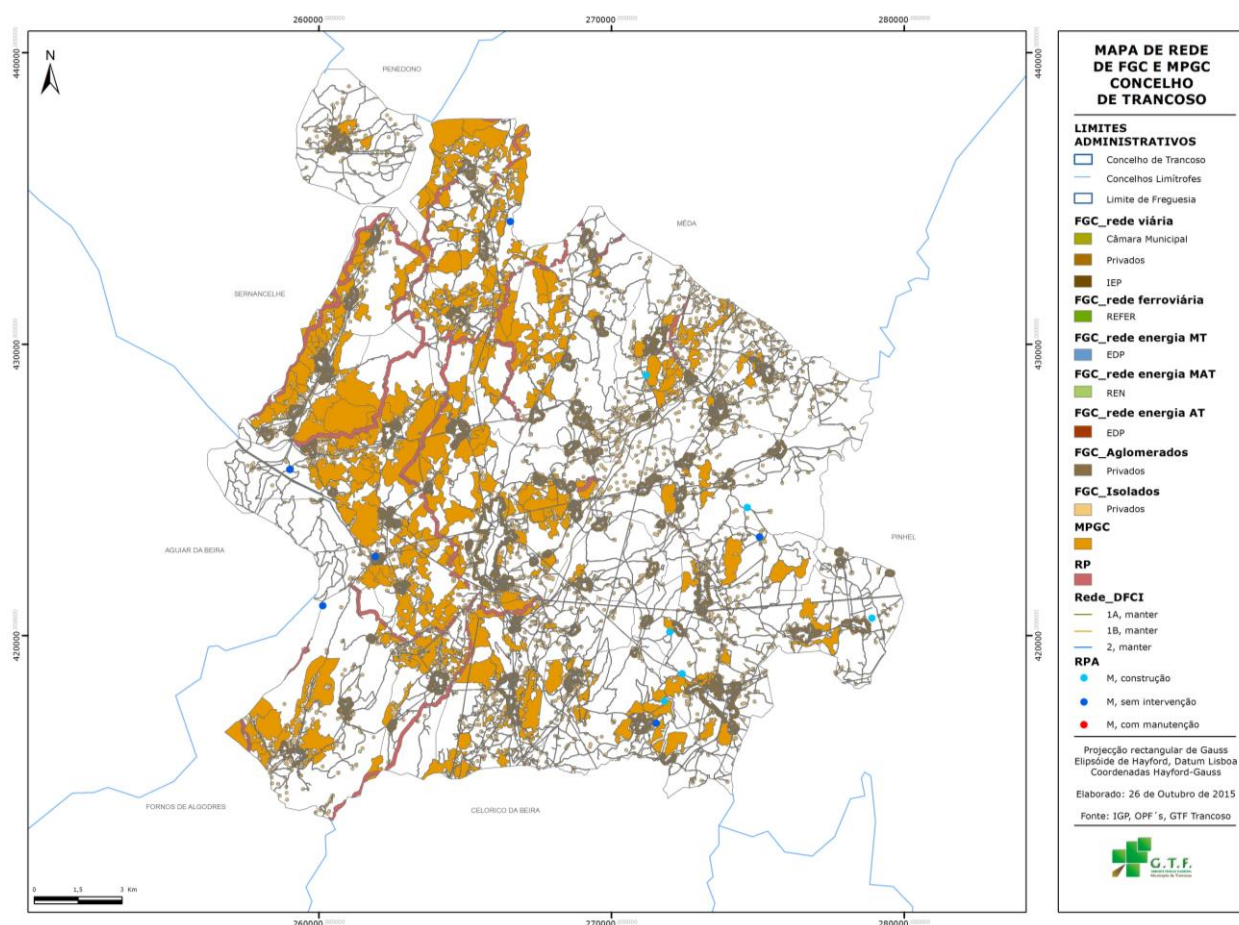
Na *rede ferroviária*, foram delimitadas faixas de gestão de combustível com 10 metros para cada lado, a contar a partir dos carris externos, sendo a sua execução da responsabilidade da REFER – Rede Ferroviária Nacional, EP.

Nas *linhas de transporte e distribuição de energia elétrica*, a gestão do combustível correspondente à projeção vertical dos cabos condutores exteriores, acrescidos de uma faixa de 10 metros para cada um dos lados no caso de linhas em muito alta e alta tensão, e de 7 metros para cada um dos lados no caso de linhas em média tensão, a sua execução é da responsabilidade da entidade gestora das referidas linhas elétricas, no caso de Trancoso, da REN e da EDP.

Nas envolventes aos *aglomerados populacionais*, definidos segundo a alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, republicado pelo DL n.º 17/2009, de 14 de junho, foi delimitada uma faixa de gestão de combustível com 100 metros de largura, a sua execução é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que a qualquer título detenham os terrenos inseridos na faixa referida.

Os proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, possuam ou detenham terrenos confinantes a *edificações isoladas*, designadamente habitações, estaleiros, armazéns, oficinas, fábricas ou outros equipamentos, são obrigados a proceder à gestão de combustível numa faixa de 50 metros à volta daquelas edificações, ainda que algumas possam não estar delimitadas na Carta da Rede de Defesa da Floresta contra Incêndios deste Plano.

Os mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis considerados neste Plano foram delineados como um apoio para Rede Primária. A Rede Primária foi traçada a nível distrital e incluída no planeamento municipal.



MAPA 5 – Mapa de rede de faixas de gestão de combustível e mosaicos de parcelas de gestão de combustível do Concelho de Trancoso



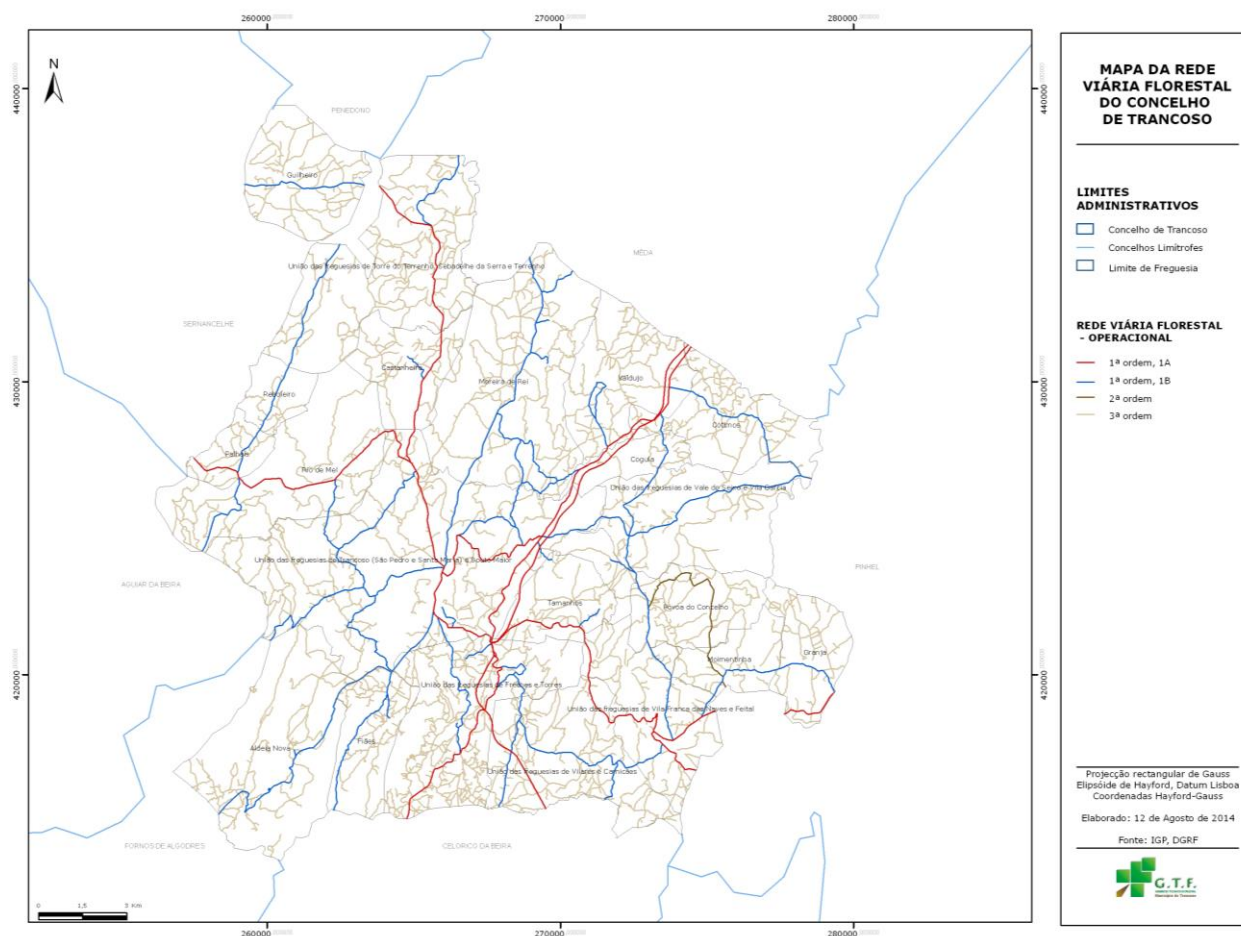
REDE VIÁRIA FLORESTAL (RVF)

Considera-se essencial um efetivo levantamento e conhecimento da rede viária do Concelho, na medida em que esta é um dos elementos de infraestruturas do território, que desempenha um preponderante papel na defesa da floresta contra incêndios. Neste contexto, a rede viária desempenha funções de:

- Rápido deslocamento dos meios de combate, não só à zona de fogo, mas também aos pontos de reabastecimento de água, combustível, etc.;
- Integração da rede das FGC, sendo fundamental para a eficácia da rede primária, onde as equipas de luta encontram condições favoráveis para o combate ao fogo, em segurança;
- Permite a circulação de patrulhas de vigilância móvel terrestre, em complemento à rede de vigilância fixa.
- Zona de descontinuidade horizontal da vegetação, podendo contribuir para travar o avanço de incêndios florestais.

A classificação da RVF foi feita com base nos seguintes pressupostos:

- **Rede viária florestal fundamental:** a de maior interesse para a DFCI sobre a qual se desenvolve a restante RVF, garantindo o rápido acesso a todos os pontos dos maciços florestais, a ligação entre as principais infraestruturas de DFCI e o desenvolvimento das ações de proteção civil em situações de emergência, subdividindo-se nas seguintes categorias: *vias de 1.ª ordem*, que cumprem as especificações técnicas mais exigentes, e *vias de 2.ª ordem* que, integrando a rede fundamental, não possuem as especificações mínimas necessárias para serem classificadas nas vias de 1.ª ordem.
- **Rede viária florestal complementar:** a que engloba as restantes vias, de eventual importância para a gestão florestal e para todas as funções ligadas à DFCI, mas cuja adequação a especificações técnicas mais exigentes, constitui uma segunda prioridade e implica uma mais rigorosa avaliação do interesse para o setor florestal, e dos custos financeiros disponíveis para a sua construção, ou beneficiação e manutenção.



MAPA 6 – Mapa da rede viária florestal do Concelho de Trancoso

Como se pode observar no mapa apresentado anteriormente, a rede viária de 3ª ordem é a que se evidencia com maior comprimento (m), seguida da 1ª ordem 1B, posteriormente a 1ª ordem 1ª e por último a de 2ª ordem.

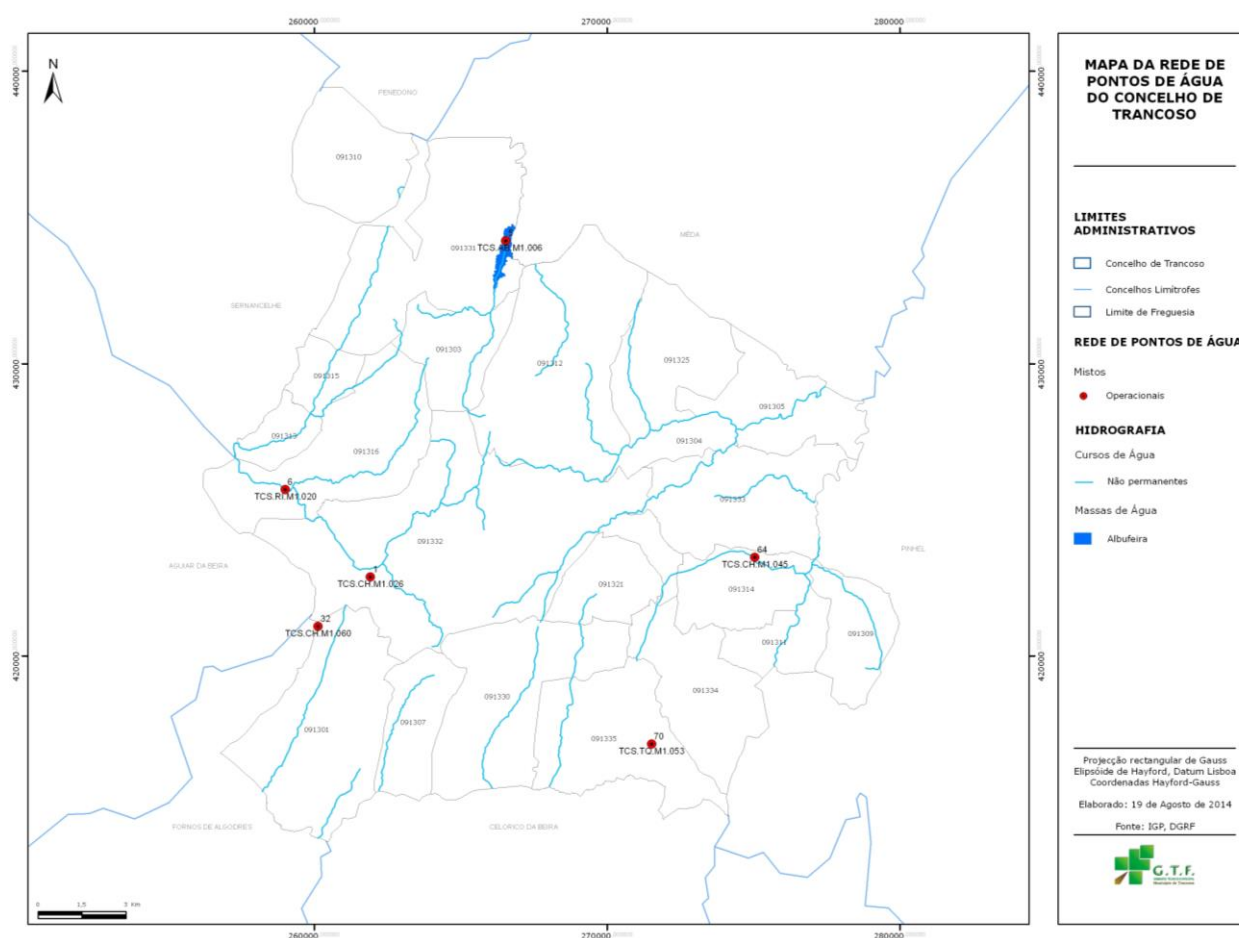
Os 1188,16 quilómetros de rede viária florestal representados, comportam um conjunto de infraestruturas com diferentes características em termos de acessibilidade e qualidade, tendo estes particular importância para a implementação da Rede Primária e Secundária de faixas de gestão de combustível.

É certo que uma elevada densidade da rede viária, conjugada com um bom estado de conservação, beneficiará uma maior rapidez de extinção dos incêndios florestais, no entanto os invernos rigorosos, associados à predominância de declives acentuados e à falta de valetas adequadas ao escoamento das águas pluviais, fazem com que se verifique uma rápida erosão e deterioração em muitos dos caminhos representados. Assim, não havendo capacidade para manter operacional a rede viária na sua totalidade, deverão ser intervencionadas regularmente as estradas prioritárias do ponto de vista da DFCI.

REDE DE PONTOS DE ÁGUA (RPA)

De acordo com o Decreto-Lei nº 17/2009 de 14 de janeiro, a *Rede de Pontos de Água*, constitui um o conjunto de estruturas de armazenamento de água, de planos de água acessíveis e de pontos de tomada de água, com funções de apoio ao reabastecimento dos equipamentos de luta contra incêndios. As estruturas de armazenamento de água são construções ou equipamentos concebidos com a finalidade de armazenar água, em volumes de pequena dimensão, com localização independente da fisiografia do terreno e da rede hidrográfica. Podem ser fixas ou móveis.

Manifesta-se consciência de imperativa necessidade de que os pontos de água tenham a si associados condições que permitam garantir o fácil acesso e reabastecimento dos meios de combate, devendo ser a sua distribuição territorial a mais homogénea possível.



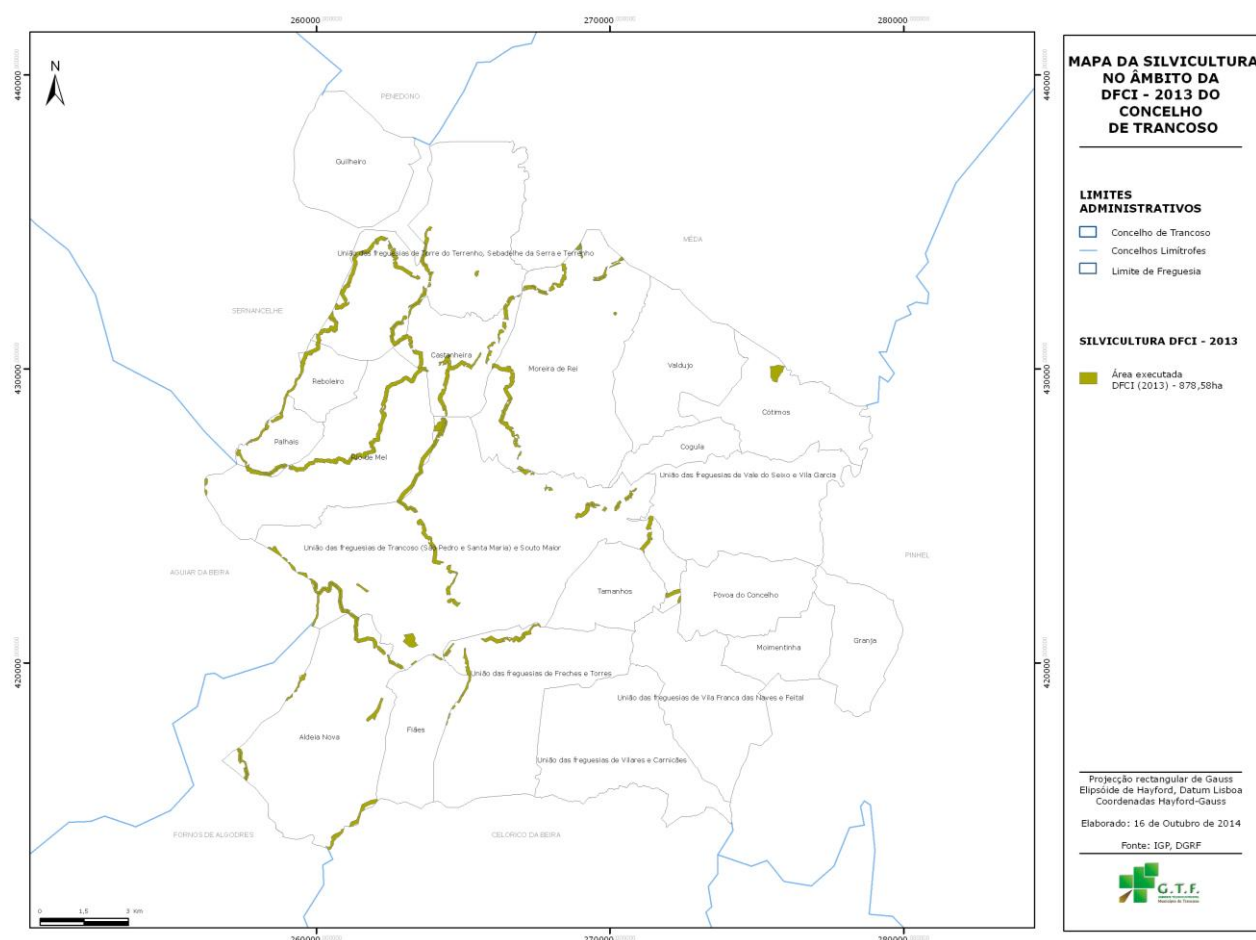
MAPA 7 – Mapa da rede de pontos de água do Concelho de Trancoso.

O levantamento dos pontos de água aqui considerado, tem por base somente os operacionais durante todo o ano, sendo todos eles caracterizados como mistos, ou seja de acesso a meios terrestres e aéreos. De referir a existência da albufeira da Teja, cujas características permitem o abastecimento por parte de meios aéreos pesados.



Considera-se no entanto, que no concelho de Trancoso, face à elevada área do território e ao histórico de incêndios, os pontos de água existentes e considerados como sendo operacionais, são insuficientes e não estão ajustados em termos de distribuição geográfica.

SILVICULTURA NO ÂMBITO DA DFCI



MAPA 8 – Mapa de silvicultura no âmbito da DFCI do Concelho de Trancoso.

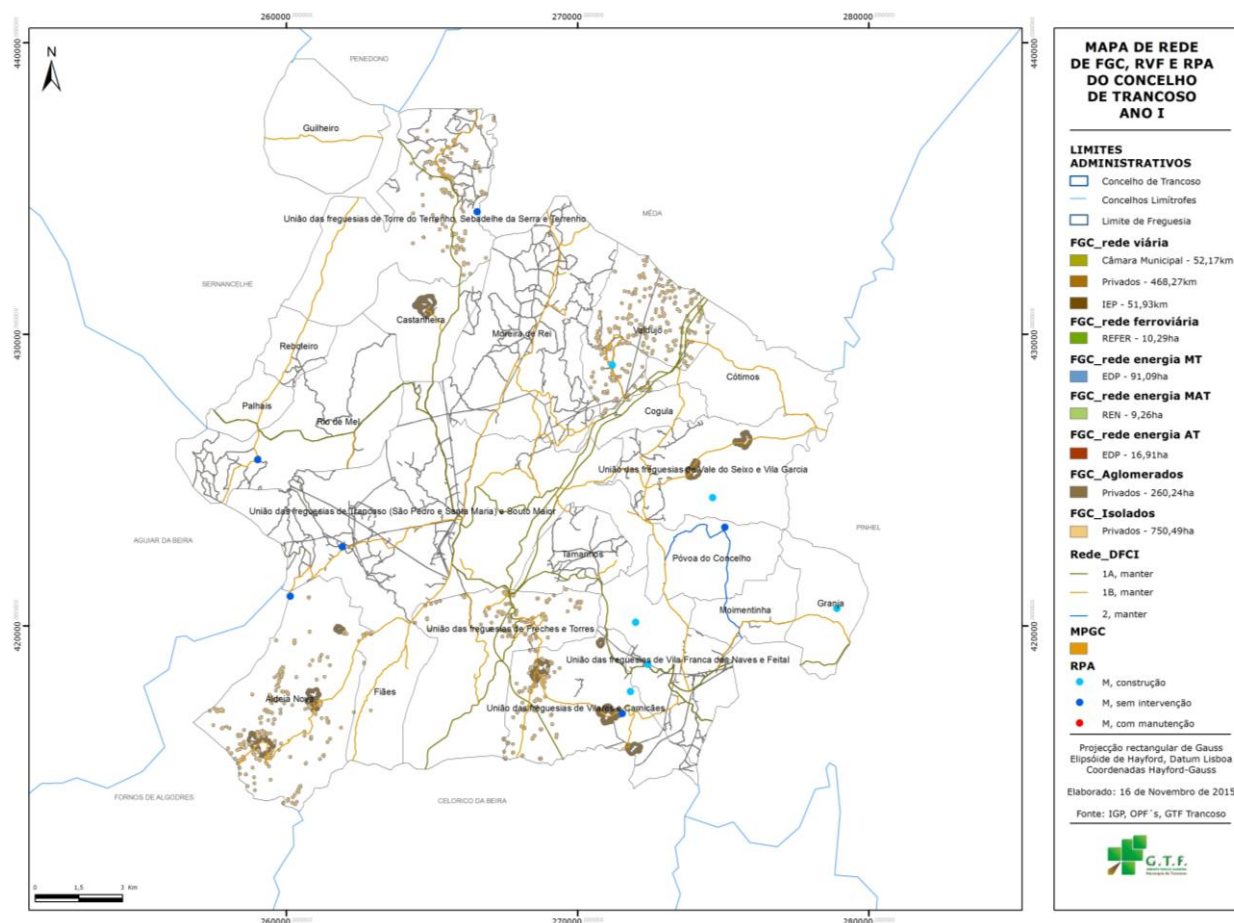
4.1.2 PLANEAMENTO DAS AÇÕES REFERENTES AO 1º EIXO ESTRATÉGICO

O comportamento do fogo é determinado pela topografia, meteorologia e vegetação. Assim sendo, o Homem pode modificar apenas este último fator.

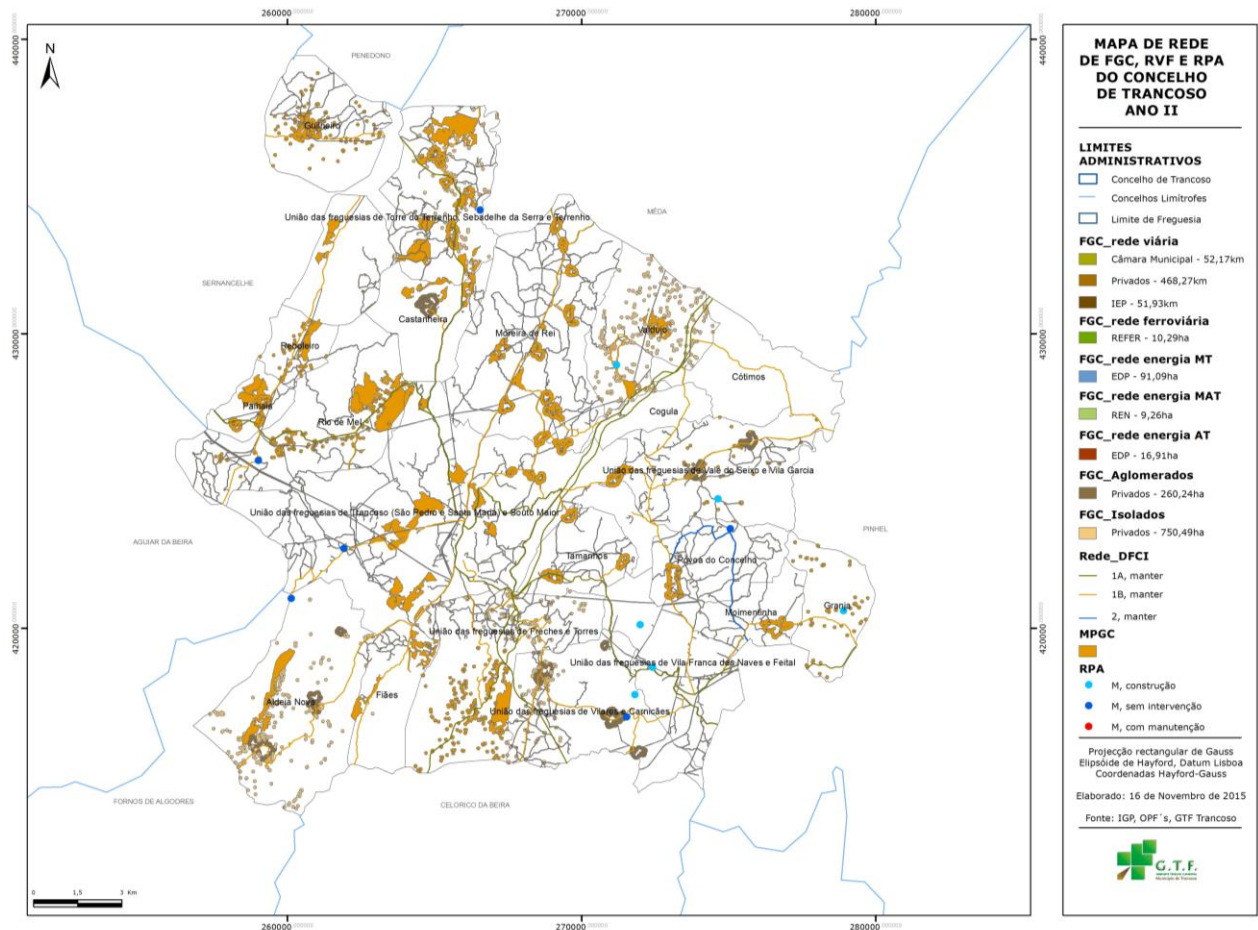
Entende-se por gestão de combustíveis (GC) a redução de material vegetal e lenhoso de modo a dificultar a propagação do fogo na vertical (degrau a degrau, do estrato herbáceo para os matos e destes para as copas) e na horizontal (ao longo dos diferentes estratos). O objetivo primordial da Gestão de Combustível compreende então, a redução dos efeitos da passagem de incêndios, protegendo de forma passiva vias de comunicação, infraestruturas, zonas edificadas, povoamentos florestais, através da redução/modificação dos combustíveis.

As intervenções propostas são necessárias, pois permitirão reduzir o risco de incêndio, uma vez que, muitas situações, se caracterizam pela presença de elevada carga combustível. No âmbito das intervenções preconizadas nos programas de ação e com o objetivo de facilitar a operacionalidade das intervenções a realizar no Concelho, são apresentados os mapas síntese seguintes, com a identificação das intervenções a realizar anualmente e de acordo com a divisão proposta para o concelho para os 5 anos de vigência do PMDFCI.

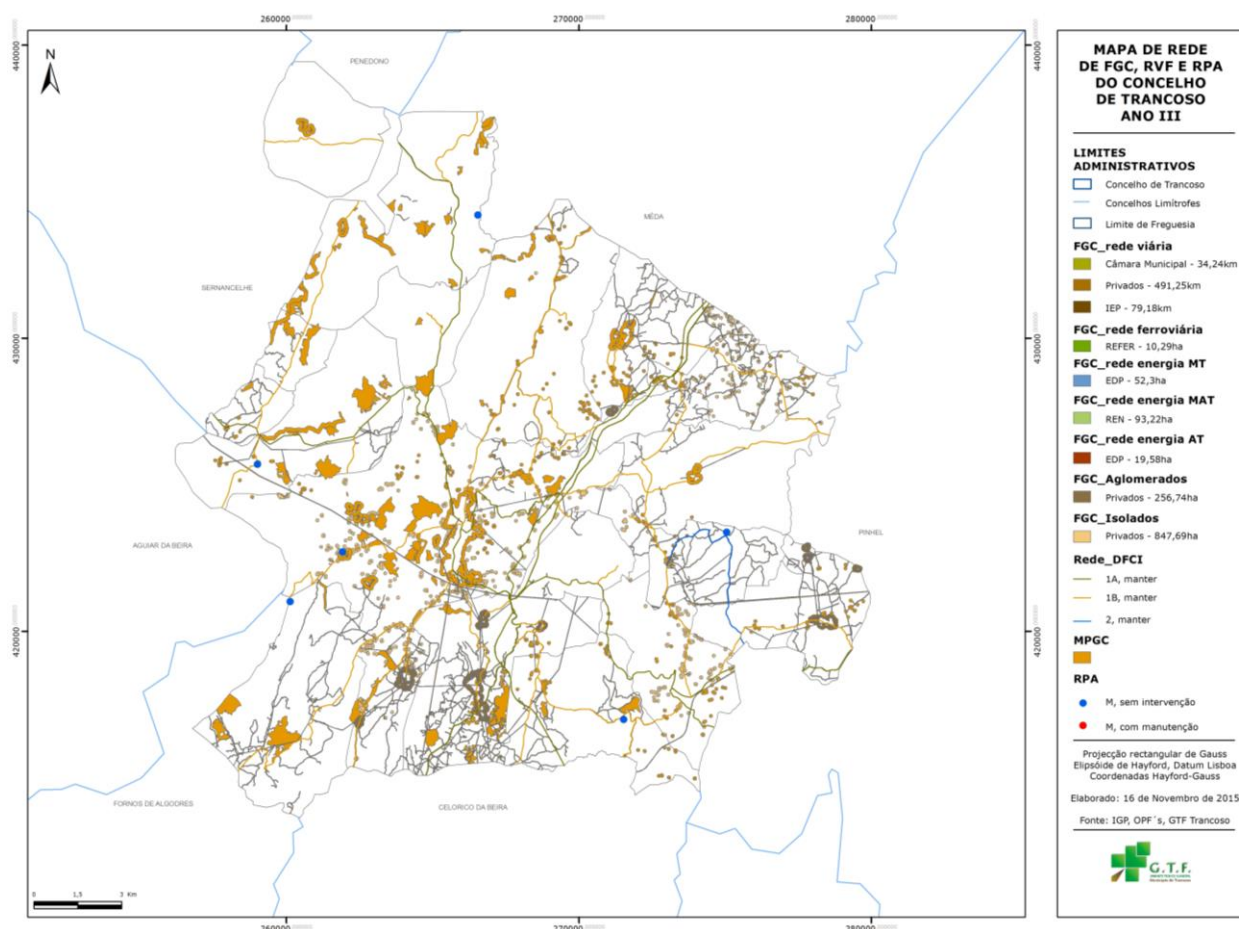
REDE DE FGC E MPGC, RVF E RPA



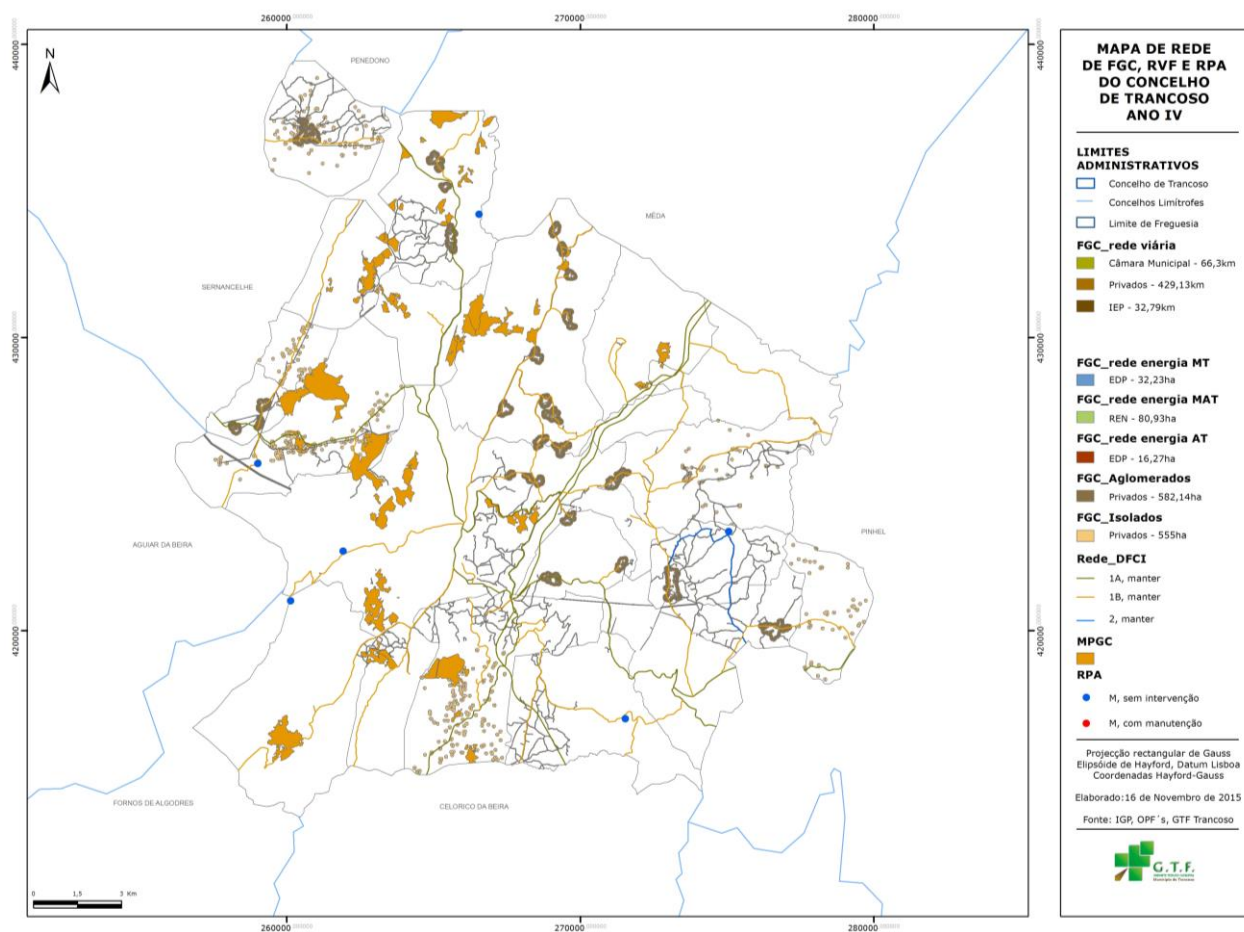
MAPA 9 – Mapa da rede de FGC e MPGC, RVF e RPA do Concelho de Trancoso – ANO I



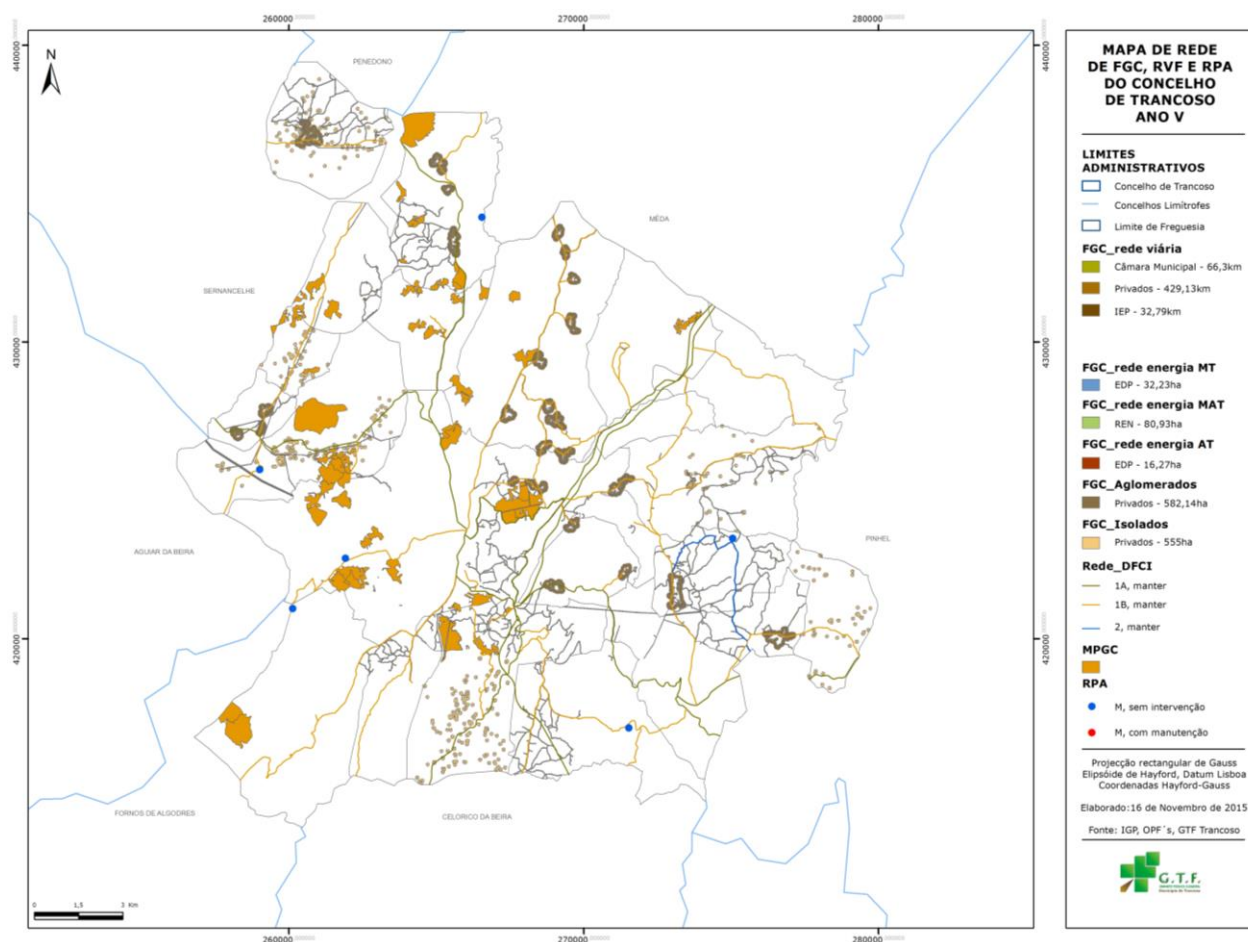
MAPA 10 – Mapa da rede de FGC e MPGC, RVF e RPA do Concelho de Trancoso – ANO II



MAPA 11 – Mapa da rede de FGC e MPGC, RVF e RPA do Concelho de Trancoso – ANO III.



MAPA 12 – Mapa da rede de FGC e MPGC, RVF e RPA do Concelho de Trancoso – ANO IV.



MAPA 13 – Mapa da rede de FGC e MPGC, RVF e RPA do Concelho de Trancoso – ANO V.



REDE DE FGC E MPGC

QUADRO 3 – Rede de FGC e MPGC no concelho de Trancoso

Freguesias	Área total (ha)	Código da descrição da faixa	Área total com intervenção (ha)	Ano				
				I	II	III	IV	V
Aldeia Nova	166,88	1	166,88	166,88				
	75,4	2	75,4	75,4				
	132,12	4	132,14		2,74	129,38		
	75,41	8	75,41		75,41			
	13,14	10	13,14		13,14			
	374,16	11	374,16		95,96	90,97	87,1	100,13
Sub-total	837,11		837,13	242,28	187,25	220,35	87,1	100,13
Castanheira	66,56	1	66,56	66,56				
	30,8	2	30,8	30,8				
	82,84	4	82,84		23,21	10,6	49,03	
	6,92	7	6,92			6,92		
	100,81	8	100,81	50,41		50,4		
	1,97	10	1,97			1,97		
	301,54	11	301,54	34,64	54,5	58,89	87,55	65,96
Sub-total	591,44		591,44	182,41	77,71	128,78	136,58	65,96
Cogula	66,28	1	66,28	66,28				
	50,13	2	50,13		50,13			
	30,58	4	30,58	0,78	5,03	18,7	3,61	2,46
	2,5	7	2,5		2,5			
	15,07	8	15,04	8,7			6,34	
	9,31	11	9,31	9,31				



Freguesias	Área total (ha)	Código da descrição da faixa	Área total com intervenção (ha)	Ano				
				I	II	III	IV	V
Sub-total	173,87		173,84	85,07	57,66	18,7	9,95	2,46
Cótimos	149,6	1	149,6		149,6			
	30,8	2	30,8	30,8				
	96,26	4	27,1		17,2	8,78	1,12	
	31,23	8	31,23		31,23			
	29,11	11	29,11	23,44		3,84	1,83	
	7,22	10	7,22		7,22			
Sub-total	344,22		275,06	54,24	205,25	12,62	2,95	0
Fiães	79,24	1	79,24			79,24		
	44,78	2	44,78			44,78		
	82,6	4	82,6	0,42	0,62	55,8	24,69	1,07
	9,51	10	9,51		9,51			
	176,54	11	176,54		58,87	77,09	40,58	
Sub-total	392,67		392,67	0,42	69	256,91	65,27	1,07
Granja	43,48	1	43,48				43,48	
	53,42	2	53,42			53,42		
	71,24	4	71,24	3,98	5,4	51,38		10,48
	4,76	7	4,76		4,76			
	9,76	10	9,76		9,76			
	25,76	11	25,76	25,76				
	4,52	13	4,52		4,52			
Sub-total	212,94		212,94	29,74	24,44	104,8	43,48	10,48
Guilheiro	77,08	1	77,08				77,08	
	67,82	2	67,82				67,82	



Freguesias	Área total (ha)	Código da descrição da faixa	Área total com intervenção (ha)	Ano				
				I	II	III	IV	V
	30,58	4	30,58	0,78	5,03	18,7	3,61	2,46
	4,11	10	4,11				4,11	
	32,83	11	32,83	32,83				
Sub-total	212,42		212,42	33,61	5,03	18,7	152,62	2,46
Moimentinha	38,47	1	38,47					38,47
	39,02	2	39,02				39,02	
	42,51	4	42,51	7,21		3,89	31,41	
	4,61	7	4,61			4,61		
	3,19	10	3,19			3,19		
	53,63	11	53,63	53,63				
	4,69	13	4,69			4,69		
Sub-total	186,12		186,12	60,84	0	16,38	70,43	38,47
Moreira de Rei	158,29	1	158,29					158,29
	188,7	2	188,7			188,7		
	194,23	4	194,23	133,65	30,55	1,26	28,77	
	88,27	8	88,27		44,14			44,13
	22,35	10	22,35	22,35				
	398,44	11	398,44	60,57	42,91	102,18	126,56	66,22
Sub-total	1050,28		1050,28	216,57	117,6	292,14	155,33	268,64
Palhais	53,09	1	53,09					53,09
	46,06	2	46,06				46,06	
	31,38	4	31,38	3,78		16,05	9,65	1,9
	35,8	8	35,8	17,9		17,9		
	4,74	10	4,74				4,74	
	185,36	11	185,36	52,38	52,87	51,92	28,19	



Freguesias	Área total (ha)	Código da descrição da faixa	Área total com intervenção (ha)	Ano				
				I	II	III	IV	V
Sub-total	356,43		356,43	74,06	52,87	85,87	88,64	54,99
Póvoa do Concelho	67,09	1	67,09					67,09
	45,67	2	45,67				45,67	
	76,51	4	76,51	0,28	6,38		69,85	
	3,17	7	3,17			3,17		
	6,76	10	6,76			6,76		
	161,54	11	161,54	161,54				
	7,5	12	7,5		7,5			
	2,97	13	2,97			2,97		
Sub-total	371,21		371,21	161,82	13,88	12,9	115,52	67,09
Reboleiro	40,55	1	40,55				40,55	
	53,13	2	53,13				53,13	
	26,29	4	26,29	9,32	9,91	0,52		6,54
	23,67	8	23,67	6,58			17,09	
	3,85	10	3,85				3,85	
	185,37	11	185,37	62,45	31	59,78	8,3	23,84
Sub-total	332,86		332,86	78,35	40,91	60,3	122,92	30,38
Rio de Mel	94,08	1	94,08				94,08	
	57,42	2	57,42					57,42
	105,37	4	101,18	66,85	13,75	10,65	7,81	2,12
	7,42	7	7,42				7,42	
	130,12	8	130,12		64,56			65,56
	842,71	11	842,71	38,05	179,61	156,66	242,96	225,43
	0,9	12	0,9	0,9				
	7,44	13	7,44				7,44	



Freguesias	Área total (ha)	Código da descrição da faixa	Área total com intervenção (ha)	Ano				
				I	II	III	IV	V
Sub-total	1245,46		1241,27	105,8	257,92	167,31	359,71	350,53
Tamanhos	54,37	1	54,37		54,37			
	57,1	2	57,1				57,1	
	56,61	4	56,61	36,32	8,34	7,49	4,46	
	5,75	7	5,75					5,75
	22,87	8	22,87	11,44				11,43
	4,89	10	4,89					4,89
	13,75	11	13,75	13,75				
	0,87	13	0,87			0,87		
Sub-total	216,21		216,21	61,51	62,71	8,36	61,56	22,07
Valdujo	204,78	1	204,78	204,78				
	65,89	2	65,89			65,89		
	112,82	4	112,82	16,98	12,57	17,63	0,66	64,98
	9,26	7	9,26	9,26				
	8,92	10	8,92	8,92				
	225,22	11	225,22	67,4	57,38	50,94	28,83	20,67
Sub-total	626,89		626,89	307,34	69,95	134,46	29,49	85,65
UF de Freches e Torres	199,12	1	199,12	79,03			120,09	
	92,65	2	92,65			92,65		
	234,8	4	234,8	5,11	7,82	160,82	61,05	
	6,4	7	6,4		2,53	3,87		
	47,21	8	47,21	9,04			38,17	
	30,74	10	30,74		18,12	12,62		
	459,98	11	459,98	87,74	104,88	78,44	105,12	83,8
	12,11	13	12,11		9,1	3,01		



Freguesias	Área total (ha)	Código da descrição da faixa	Área total com intervenção (ha)	Ano				
				I	II	III	IV	V
Sub-total	1083,01		1083,01	180,92	142,45	351,41	324,43	83,8
UF de Torre do Terrenho, Sebadelhe da Serra e Terrenho	158,86	1	158,86	95,24	63,62			
	211,16	2	211,16				30,77	180,39
	193,55	4	193,55	55,21	31,34	13,24	51,68	42,08
	137,47	8	137,47	27,32		110,15		
	14,59	10	14,59				3,11	11,48
	1048,52	11	1048,52	132,23	287,36	213,37	191,12	224,44
	74,37	12	74,37		37,19			37,18
Sub-total	1838,52		1838,52	310	419,51	336,76	276,68	495,57
UF de Trancoso (S. Pedro e Sta. Maria) e Souto Maior	430,83	1	430,83		74,38	356,45		
	407,76	2	407,76				66,31	341,45
	359,9	4	359,9	150,4	90,73	22,87	80,67	15,23
	12,29	7	12,29			1,75	7,42	3,12
	179,81	8	179,81			179,81		
	65,85	10	65,85	37,32		24,1	0,08	4,35
	1374,99	11	1374,99	197,2	264,14	271,49	260,56	381,6
	1,35	12	1,35		1,35			
	24,95	13	24,95	16,91		8,04		
Sub-total	2857,73		2857,73	401,83	430,6	864,51	415,04	745,75
UF de Vale do Seixo e Vila Garcia	96,89	1	96,89		55,17		41,72	
	95,02	2	95,02	47,89	47,13			
	92,84	4	92,48	28,93	15,93		47,62	
	0,19	7	0,19					0,19
	11,87	10	11,87			3,66		8,21
	90,67	11	90,67	90,67				



Freguesias	Área total (ha)	Código da descrição da faixa	Área total com intervenção (ha)	Ano				
				I	II	III	IV	V
Sub-total	387,48		387,12	167,49	118,23	3,66	89,34	8,4
UF de Vila Franca das Naves e Feital	163,43	1	163,43			163,43		
	167,86	2	167,86		167,86			
	104,21	4	104,21	39,24	25,98	0,45	5,86	32,68
	7,2	5	7,2	7,2				
	2,41	7	2,41				2,41	
	18,56	10	18,56	14,22			4,34	
	128,89	11	128,89	128,89				
Sub-total	592,56		592,56	189,55	193,84	163,88	12,61	32,68
UF de Vilarés e Carniões	109,42	1	109,42	66,56				42,86
	91,82	2	91,82	91,82				
	162,06	4	162,06	11,06	61,27	17,58	49,66	22,49
	3,09	5	9,27	3,09		3,09		3,09
	6,92	7	6,92			6,92		
	10,17	10	10,17	8,2		1,97		
	118,42	11	118,42	51,42		67		
	0,1	12	0,1	0,04			0,06	
Sub-total	502		508,18	232,19	61,27	96,56	49,72	68,44
Total (FGC1)	2518,39							
Total (FGC2)	1972,41							
Total (FGC4)	2245,61							
Total (FGC5)	16,47							
Total (FGC7)	72,6							
Total (FGC8)	887,71							
Total (FGC10)	252,19							



Freguesias	Área total (ha)	Código da descrição da faixa	Área total com intervenção (ha)	Ano				
				I	II	III	IV	V
Total (FGC11)	6236,74							
Total (FGC12)	84,22							
Total (FGC13)	57,55							
FGC Total	14411,43	-	14343,89	3176,04	2608,08	3355,36	2669,37	2535,02



No quadro acima representado observa-se que a união de freguesias Trancoso e Souto Maior, seguido da união de freguesias de Torre do Terrenho, Sebadelhe da Serra e Terrenho e a freguesia de Rio de Mel, se encontram com maior área de faixas de gestão de combustível (FGC) com intervenção, valores associados à própria área administrativa destas freguesias bem como à representatividade da área com ocupação florestal.

Comparando as FGC planeadas, apresentam valores mais elevadas as FGC associadas aos mosaicos de parcelas de gestão de combustível (FGC11), seguido das edificações isoladas (FGC1) e da rede viária (FGC4).

A rede primária (FGC8), planeada a nível distrital para permitir continuidade entre concelhos limítrofes, foi definida em locais estratégicos procurando-se que possa facilitar o combate aos incêndios florestais assim como funcionar como uma zona de descontinuidade de combustível e como consequência de impedimento na passagem do fogo.

IMPLANTAÇÃO DE NOVAS EDIFICAÇÕES NO ESPAÇO FLORESTAL OU RURAL

Para efeitos do nº 3 do Artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 17/2009 de 14 de Janeiro, apresentam-se em seguida, as regras e condicionalismos à edificação, para vigorarem na área do Concelho de Trancoso durante a vigência do presente plano.

- a) As novas edificações no espaço florestal para habitação, comércio, serviços e indústria fora das áreas edificadas consolidadas, são permitidas desde que não colidam com as áreas classificadas no PMDFCI de perigosidade de incêndio Alta e Muito Alta, e não colidam com áreas percorridas por incêndios nos últimos 10 anos, de acordo com o DL n.º 327/90 de 22 de outubro, com as alterações dadas pelo DL n.º 55/2007, de 12 de março.
- b) Em espaço florestal¹ ou com ele confinante, as novas edificações têm que salvaguardar na sua implantação no terreno a garantia de distância à extrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a 50 metros, medida a partir da alvenaria exterior da edificação;
- c) Noutros espaços rurais, que não os espaços florestais, podem ser definidas outras dimensões para a distância à extrema da propriedade, até a um mínimo de 25 metros, desde que esteja assegurado uma faixa de 50 metros sem ocupação florestal (floresta², matos³ e pastagens espontâneas⁴);

¹ **Espaços Florestais** – Terrenos ocupados com floresta, matos e pastagens ou outras formações vegetais espontâneas segundo os critérios definidos no Inventário Florestal.

² **Floresta** - Terreno onde se verifica a presença de árvores florestais que tenham atingido, ou que pelas suas características ou forma de exploração venham a atingir, uma altura superior a 5 m e cujo grau de coberto seja maior ou igual a 10%;



- d) As faixas de proteção às novas edificações devem estar inseridas nas propriedades de que são titulares, ou seja, em terreno pertencente ao proprietário da edificação, para que o ônus da gestão de combustível da rede secundária (n.º 2 do artigo 15.º do DL n.º 124/2006, 28 junho com a redação dada pelo DL nº 17/2009, 14 janeiro) não seja transferido para terceiros;
- e) Quando a faixa de proteção de uma dada edificação se sobrepõe com outra faixa de proteção inserida em rede secundária já existente, a área sobreposta pode ser contabilizada na distância mínima exigida para proteção dessa edificação.
- f) Para efeitos das disposições do presente PMDFCI, por “novas edificações nos espaços florestais e rurais” devem entender-se apenas aquelas que, comprovadamente, foram construídas de raiz, ou, no caso de construções pré-existentes, objeto de “obras de ampliação” em que se verifica, ou verificou, aumento da “área de implantação”, posteriormente à entrada em vigor do Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 17/2009, de 14 de Janeiro, e, cumulativamente, cumprem as demais regras aplicáveis em matéria urbanística, designadamente as constantes no Plano Diretor Municipal e Regulamento Geral das Edificações Urbanas.

³ **Matos, incluindo formações vegetais espontâneas** – Terreno onde se verifica a ocorrência de vegetação espontânea composta por matos ou por formações arbustivas com mais de 25% de coberto e altura superior a 50 cm. As árvores eventualmente presentes têm sempre um grau de coberto inferior a 10% podendo estar dispersas, constituindo bosquetes ou alinhamentos.

⁴ **Pastagens espontâneas** – Terreno ocupado com vegetação predominantemente herbácea espontânea, destinada a pastoreio *in situ*, mas que acessoriamente pode ser cortada em determinados períodos do ano.



REDE VIÁRIA FLORESTAL

QUADRO 4 – Rede viária florestal

FREGUESIAS	COMPRIMENTO TOTAL (Km)	DESIGNAÇÃO DA ORDEM (RVF)	COMPRIMENTO TOTAL COM INTERVENÇÃO (Km)	ANO				
				I	II	III	IV	V
ALDEIA NOVA	8,12	1ª Ordem	8,12	0	0	4,06	0	4,06
	53,64	Complementar	0	0	6,84	0	0	0
SUB-TOTAL	61,76	-	14,96	0	6,84	4,06	0	4,06
CASTANHEIRA	4,74	1ª Ordem	3,61	0	3,61	0	0	0
	26,67	Complementar	5,09	0	5,09	0	0	0
SUB-TOTAL	31,41	-	8,7	0	8,7	0	0	0
COGULA	6,54	1ª Ordem	1,71	0	1,71	0	0	0
	8,62	Complementar	0	0	0	0	0	0
SUB-TOTAL	15,16	-	1,71	0	1,71	0	0	0
CÓTIMOS	8,18	1ª Ordem	5,74	0	0	0	5,17	0,57
	41,36	Complementar	0	0	0	0	0	0
SUB-TOTAL	49,54	-	5,74	0	0	0	5,17	0,57
FIÃES	8,82	1ª Ordem	0	0	0	0	0	0
	31,93	Complementar	3,89	0	3,89	0	0	0
SUB-TOTAL	40,75	-	3,89	0	3,89	0	0	0
GRANJA	4,65	1ª Ordem	0	0	0	0	0	0
	28,63	Complementar	0	0	0	0	0	0
SUB-TOTAL	33,28	-	0	0	0	0	0	0
GUILHEIRO	2,74	1ª Ordem	0	0	0	0	0	0
	42,43	Complementar	0	0	0	0	0	0
SUB-TOTAL	45,17	-	0	0	0	0	0	0
MOIMENTINHA	27,71	1ª Ordem	0	0	0	0	0	0
	15,81	Complementar	0	0	0	0	0	0
SUB-TOTAL	43,52	-	0	0	0	0	0	0
MOREIRA DE REI	16,63	1ª Ordem	0	0	0	0	0	0
	78,34	Complementar	2,65	0	2,65	0	0	0



FREGUESIAS	COMPRIMENTO TOTAL (Km)	DESIGNAÇÃO DA ORDEM (RVF)	COMPRIMENTO TOTAL COM INTERVENÇÃO (Km)	ANO				
				I	II	III	IV	V
SUB-TOTAL	22,73	-	2,65	0	2,65	0	0	0
PALHAIS	3,67	1ª Ordem	0	0	0	0	0	0
	12,24	Complementar	6,17	0	6,17	0	0	0
SUB-TOTAL	15,91	-	6,17	0	6,17	0	0	0
PÓVOA DO CONCELHO	2,54	1ª Ordem	0	0	0	0	0	0
	37,54	Complementar	0	0	0	0	0	0
SUB-TOTAL	40,08	-	0	0	0	0	0	0
REBOLEIRO	2,38	1ª Ordem	0	0	0	0	0	0
	8,35	Complementar	2,36	0	2,36	0	0	0
SUB-TOTAL	10,73	-	2,36	0	2,36	0	0	0
RIO DE MEL	10,98	1ª Ordem	0	0	0	0	0	0
	43,29	Complementar	16,54	0	16,54	0	0	0
SUB-TOTAL	54,27	-	16,54	0	16,54	0	0	0
TAMANHOS	7,05	1ª Ordem	0	0	0	0	0	0
	22,67	Complementar	0	0	0	0	0	0
SUB-TOTAL	29,72	-	0	0	0	0	0	0
VALDUJO	11,42	1ª Ordem	0	0	0	0	0	0
	44,59	Complementar	7,26	0	7,26	0	0	0
SUB-TOTAL	56,01	-	7,26	0	7,26	0	0	0
UF DE FRECHES E TORRES	22,44	1ª Ordem	0	0	0	0	0	0
	101,05	Complementar	8,28	0	8,28	0	0	0
SUB-TOTAL	123,49	-	8,28	0	8,28	0	0	0
UF DE TORRE DO TERRENHO, SEBADELHE DA SERRA E TERRENHO	14,52	1ª Ordem	0	0	0	0	0	0
	80,38	Complementar	32,16	0	32,16	0	0	0
SUB-TOTAL	94,9	-	32,16	0	32,16	0	0	0
UF DE TRANCOSO (S. PEDRO E STA. MARIA) E SOUTO MAIOR	57,66	1ª Ordem	0	0	0	0	0	0
	119,61	Complementar	39,8	0	39,8	0	0	0
SUB-TOTAL	177,27	-	39,8	0	39,8	0	0	0
UF DE VALE DO SEIXO E VILA GARCIA	12,94	1ª Ordem	0	0	0	0	0	0
	34,49	Complementar	0	0	0	0	0	0



FREGUESIAS	COMPRIMENTO TOTAL (Km)	DESIGNAÇÃO DA ORDEM (RVF)	COMPRIMENTO TOTAL COM INTERVENÇÃO (Km)	ANO				
				I	II	III	IV	V
SUB-TOTAL	47,43	-	0	0	0	0	0	0
UF DE VILA FRANCA DAS NAVES E FEITAL	14,58	1ª Ordem	0	0	0	0	0	0
	41,05	Complementar	0	0	0	0	0	0
SUB-TOTAL	55,63	-	0	0	0	0	0	0
UF DE VILARES E CARNICÃES	13	1ª Ordem	0	0	0	0	0	0
	66,79	Complementar	0	0	0	0	0	0
SUB-TOTAL	79,79	-	0	0	0	0	0	0
TOTAL - 1ª ORDEM	261,31	-	19,18	0	5,32	4,06	5,17	4,63
TOTAL - COMPLEMENTAR	939,48	-	124,2	0	131,04	0	0	0
RVF TOTAL	1128,55	-	150,22	0	136,36	4,06	5,17	4,63



É essencial que exista uma boa cobertura de rede viária para um combate mais eficiente e eficaz de incêndios florestais, pois quanto maior a densidade de rede viária existente, maiores são as probabilidades, de os meios de combate chegarem no mais curto espaço de tempo, aos incêndios.

Quanto aos meios de execução e financiamento destas ações, estes serão da responsabilidade de cada entidade, sendo que no caso de Estradas Nacionais (EN), a responsabilidade será das Estradas de Portugal, no Itinerário Principal (IP) da entidade concessionária, nas Estradas (EM) e Caminhos Municipais (CM), a responsabilidade será do Município, podendo este efetuar pequenas reparações e ações de manutenção com a equipas de funcionários dos serviços externos do Município, ou poderá ter de contratar os serviços de empresas de prestação de serviços adequadas para intervenções mais complexas.

Quanto aos meios de financiamento, o município ou a entidade gestora, procurará sempre, elaborar candidaturas com base em meios comunitários, de apoio para esse fim.

REDE DE PONTOS DE ÁGUA

QUADRO 5 – Rede de pontos de água

FREGUESIAS	ID_PA	CÓDIGO DO TIPO DE PA	DESIGNAÇÃO DO TIPO DE PA	VOLUME MAX. (m³)	TIPO DE INTERVENÇÃO (C- CONSTRUÇÃO; M-MANUTENÇÃO)				
					ANO				
					I	II	III	IV	V
GRANJA	81	114	Tanque	420	C	-	-	-	-
SUB-TOTAL	1	-	-	420	1	-	-	-	-
PÓVOA DO CONCELHO	64	214	Charca	25000	-	-	-	-	-
SUB-TOTAL	1	-	-	25000	-	-	-	-	-
RIO DE MEL	6	222	Rio	30000	-	-	-	-	-
SUB-TOTAL	1	-	-	30000	-	-	-	-	-
VALDUJO	77	114	Tanque	420	C	-	-	-	-
SUB-TOTAL	1	-	-	420	1	-	-	-	-
UF DE TORRE DO TERRENHO, SEBADELHE DA SERRA E TERRENHO	5	211	Albufeira de barragem	72000	-	-	-	-	-
SUB-TOTAL	1	-	-	72000	-	-	-	-	-
UF DE TRANCOSO (S. PEDRO E STA. MARIA) E SOUTO MAIOR	1	214	Charca	900	-	-	-	-	-
	32	214	Charca	-	-	-	-	-	-
SUB-TOTAL	2	-	-	900	-	-	-	-	-
UF DE VALE DO SEIXO E VILA GARCIA	78	214	Charca	800	C	-	-	-	-
SUB-TOTAL	1	-	-	800	1	-	-	-	-
UF DE VILA FRANCA DAS NAVES E FEITAL	79	114	Tanque	420	C	-	-	-	-
	80	114	Tanque	420	C	-	-	-	-



FREGUESIAS	ID_PA	CÓDIGO DO TIPO DE PA	DESIGNAÇÃO DO TIPO DE PA	VOLUME MAX. (m³)	TIPO DE INTERVENÇÃO (C- CONSTRUÇÃO; M-MANUTENÇÃO) ANO				
					I	II	III	IV	V
SUB-TOTAL	2	-	-	840	2	-	-	-	-
UF DE VILARES E	70	114	Tanque	420	-	-	-	-	-
CARNICÃES	76	114	Tanque	420	C	-	-	-	-
SUB-TOTAL	2	-	-	840	1	-	-	-	-
TOTAL	12	-	-	130800	6	-	-	-	-

METAS E INDICADORES

As ações previstas assentam, sobretudo, na redução da gestão de combustíveis através da construção e manutenção de faixas de gestão de combustíveis, bem como na beneficiação de alguns troços de caminhos florestais identificados como tendo uma importância na estratégia DFCI. As ações incidem em áreas tendentes a danos materiais e humanos em situação de incêndio.

QUADRO 6 – Metas e indicadores

AÇÃO	CÓDIGO DE DESCRIÇÃO DA FAIXA	METAS	UNIDADES	INDICADORES MENSURÁVEIS					TOTAL
				I	II	III	IV	V	
Rede secundária - Edificações integradas em espaços rurais	1	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	745,33	397,14	599,12	417	359,8	2518,39
Rede secundária - Aglomerados populacionais	2	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	276,71	265,12	445,44	405,88	579,26	1972,41
Rede secundária - Rede Viária	4	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	570,3	373,8	565,79	531,21	204,49	2245,59
Rede secundária - Rede Ferroviária	5	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	10,29	0	3,09	0	3,09	16,47
Rede secundária - Linhas de muito alta tensão	7	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	9,26	9,79	27,24	17,25	9,06	72,6
Rede Primária de FGC	8	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	131,39	215,34	358,26	61,6	121,12	887,71
Rede secundária - Linhas de média tensão	10	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	91,01	57,75	54,27	20,23	28,93	252,19



AÇÃO	CÓDIGO DE DESCRIÇÃO DA FAIXA	METAS	UNIDADES	INDICADORES MENSURÁVEIS					TOTAL
				I	II	III	IV	V	
Mosaicos de gestão de combustível	11	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	1323,9	1229,48	1282,57	1208,7	1192,09	6236,74
Rede secundária - Pontos de água	12	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0,94	46,04	0	0,06	37,18	84,22
Rede secundária - Linhas de alta tensão	13	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	16,91	13,62	19,58	7,44	0	57,55
Rede divisional - Rede viária	-	-	Km	0	136,36	4,06	5,17	4,63	150,22
Pontos de água	-	Construção	Nº	6	0	0	0	0	6

ORÇAMENTO E RESPONSÁVEIS

Na identificação dos responsáveis, definiram-se os seguintes grupos:

- Proprietários Particulares (PP): Os proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, detenham terrenos confinantes a edificações nos espaços florestais definidos no PMDFCI, são obrigados a proceder à gestão de combustíveis numa faixa de 50m à volta daquelas edificações ou 100m caso se trate de limite de aglomerado;

- Entidades Gestoras (EG): EP - Estradas de Portugal, REFER, Município de Trancoso, Freguesias e Uniões de Freguesias, REN e EDP.

Para o controlo de densidades excessivas e outras operações mistas de silvicultura preventiva (manuais e mecânicas), em condições de trabalho inerentes às características do concelho, foi considerado o valor de 386,36€/ha, de acordo com as matrizes de beneficiação estabelecidas pela CAOF (Comissão de Acompanhamento das Operações Florestais), referentes aos anos 2013/2014.

Para o cálculo orçamental da rede viária, considerou-se o valor para a beneficiação de 1500€/km.

Quanto à delimitação da rede primária, esta cumpre claramente a especificação expressa no artº 18 do Decreto-Lei n.º124/2006, de 28 de junho, com as alterações que lhe foram conferidas pelo



Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14 de janeiro, que define que estas redes estabeleçam preferencialmente, uma compartimentação do território na ordem dos 500ha a 10 000ha.

Os meios de execução, serão os adequados para cada ação e por cada entidade responsável por essa mesma ação, assim como os financiamentos dessas ações.



QUADRO 7 – Orçamento e responsáveis

Ação	METAS (HA)	ANO									
		I		II		III		IV		V	
		Orç. (€)	Resp.	Orç. (€)	Resp.	Orç. (€)	Resp.	Orç. (€)	Resp.	Orç. (€)	Resp.
Implementação e manutenção da FGC das edificações integradas em espaços rurais DESC_FGC (1)	Área instalada com recurso a meios mistos	287965,7	Prop. Arr. Usuf.	153439,0	Prop. Arr. Usuf.	231476,0	Prop. Arr. Usuf.	161112,1	Prop. Arr. Usuf.	139012,3	Prop. Arr. Usuf.
Implementação e manutenção da FGC dos aglomerados populacionais DESC_FGC (2)	Área instalada com recurso a meios mistos	106909,7	Prop. Arr. Usuf.	102431,8	Prop. Arr. Usuf.	172100,2	Prop. Arr. Usuf.	156815,8	Prop. Arr. Usuf.	223802,9	Prop. Arr. Usuf.
Implementação e manutenção da FGC rede viária florestal DESC_FGC (4)	Área instalada com recurso a meios mistos	220341,1	EP+CMT	144421,4	EP+CMT	218598,6	EP+CMT	205238,3	EP+CMT	79006,8	EP+CMT
Implementação e manutenção da FGC rede ferroviária DESC_FGC (5)	Área instalada com recurso a meios mistos	3975,6	REFER	0,0	REFER	1193,9	REFER	0,0	REFER	1193,9	REFER
Implementação e manutenção da FGC de linhas de transporte e energia elétrica de muito alta tensão DESC_FGC (7)	Área instalada com recurso a meios mistos	3577,7	REN	3782,5	REN	10524,4	REN	6664,7	REN	3500,4	REN
Implementação e manutenção da FGC de redes primárias de faixas de gestão de combustível DESC_FGC (8)	Área instalada com recurso a meios mistos	50763,8	EG	83198,8	EG	138417,3	EG	23799,8	EG	46795,9	EG
Implementação e manutenção da FGC de linhas de transporte e distribuição de energia elétrica em média tensão DESC_FGC (10)	Área instalada com recurso a meios mistos	35162,6	EDP	22312,3	EDP	20967,8	EDP	7816,1	EDP	11177,4	EDP
Implementação e manutenção da FGC de mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis DESC_FGC (11)	Área instalada com recurso a meios mistos	511502,0	EG	475021,9	EG	495533,7	EG	466993,3	EG	460575,9	EG
Implementação e beneficiação nos pontos de água DESC_FGC (12)	Área instalada com recurso a meios mistos	363,2	EG	17788,0	EG	0,0	EG	23,2	EG	14364,9	EG
Implementação e manutenção da FGC de linhas de transporte e energia elétrica de alta tensão DESC_FGC (13)	Área instalada com recurso a meios mistos	6533,3	EDP	5262,2	EDP	7564,9	EDP	2874,5	EDP	0,0	EDP
Beneficiação da rede viária	Beneficiação	0	-	204540	CM+EP	6090	CM+EP	7755	CM+EP	6945	CM+EP
Construção de pontos de água	Construção	180000	EG	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	1407094,8	-	1212197,8	-	1302466,9	-	1039092,8	-	986375,3	-



Os valores de referência (€/ha) são estabelecidos pela Comissão de Acompanhamento para as Operações Florestais CAOF (2013/2014)

LEGENDA: Prop. – Proprietários; Arr. – Arrendatários; Usuf. – Usufrutuários; Orç. – Orçamento; Resp. – Responsáveis; EP – Estradas de Portugal; CMT – Câmara Municipal de Trancoso; EDP – Eletricidade de Portugal; REN – Rede Elétrica Nacional; EG – Entidade Gestora; REFER – Rede Ferroviária Nacional



4.2 - 2º EIXO ESTRATÉGICO – REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA DOS INCÊNDIOS

O elevado número de ocorrências verificadas nos últimos anos leva à necessidade de uma intervenção cuidada ao nível da prevenção, entendida esta como um conjunto de atividades que têm por objetivo reduzir ou anular a possibilidade de se iniciar um incêndio, diminuir a sua capacidade de desenvolvimento e mitigar os efeitos indesejáveis que o incêndio pode originar, ou seja atuar em duas vertentes principais, o controlo da ignição e o controlo da propagação.

Com consciência de que a maioria dos incêndios são causados por atividade humana, torna-se imperativo educar os diferentes segmentos populacionais, no sentido de reconhecerem na floresta um património coletivo, com valor económico, social e ambiental e assumirem responsabilidades do seu legado às suas gerações futuras, eliminando comportamentos de risco.

Para a redução da incidência dos incêndios, no presente eixo estratégico, são definidos dois campos de atuação:

- Educar e Sensibilizar as populações;
- Aumentar a capacidade de dissuasão e fiscalização.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	- Sensibilizar e educar as populações; - Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações.
OBJETIVOS OPERACIONAIS	- Sensibilização da população em geral; - Sensibilização e educação escolar; - Fiscalização.
AÇÕES	- Programas de sensibilização a desenvolver, ao nível local, e dirigido a grupos específicos da população rural, em função das informações históricas de investigação das causas dos incêndios; - Sensibilização das comunidades para os comportamentos de risco e incentivo ao desenvolvimento e participação na vigilância passiva; - Mailing para as pequenas indústrias situadas nas zonas de interface com espaços florestais em áreas com elevado nº de ocorrências; - Realização de sessões de sensibilização com pastores incidindo nas zonas onde o fogo é recorrente; - Divulgação de normas de conduta para caçadores e pescadores e colocação de cartazes informativos nas zonas de interface com a floresta; - Promoção no envolvimento dos estudantes na temática florestal, utilizando as experiências existentes no domínio da educação florestal e ambiental. - Definir áreas críticas e prioritárias de fiscalização, tendo em consideração a identificação das principais causas/motivações de incêndio, o valor dos espaços florestais, a suscetibilidade à ignição, as freguesias em risco, os dias da semana e os períodos do dia de maior perigosidade.



4.2.1 AVALIAÇÃO REFERENTES AO 2º EIXO ESTRATÉGICO

COMPORTAMENTOS DE RISCO

A identificação dos comportamentos de risco e o conhecimento das causas e motivações dos incêndios florestais (diagnóstico) são fundamentais, para definir as ações de sensibilização e educação das populações, quando se trata de causas diretamente associadas à negligência. Neste sentido, a sensibilização assume um papel importante contra os incêndios. Neste caso, é importante atuar junto da população na consciencialização e alerta para os verdadeiros perigos que algumas práticas diárias representam, muitas vezes ligadas ao uso do fogo, particularmente nas alturas do ano mais propensas à existência de incêndios florestais.

Por outro lado, em relação às causas dolosas em que existe intencionalidade de prejudicar o património de outrem, por iniquidade, por demência, ou para obter benefícios, a sensibilização nada pode fazer contra estas atitudes. Somente o cumprimento da lei e/ou a vigilância, poderão ser persuasivas na sua prevenção.

QUADRO 8 – Comportamentos de risco – Diagnóstico (tendo por base a avaliação de 2013)

GRUPO-ALVO	DIAGNÓSTICO – RESUMO							
	COMPORTAMENTO DE RISCO				IMPACTO E DANOS			
	O QUÊ?	COMO?	ONDE?	QUANDO?	Nº OC.	ÁREA ARDIDA (ha)	DANOS	CUSTOS
POPULAÇÃO GERAL	Realização de queimas	Sem respeitarem a legislação em vigor	Todo o concelho	Maior a Agosto	4	0,81	Povoamento, matos e agrícola	Não estimados
CRIADORES DE GADO/AGRICULTORES	Realização de queimadas	Sem respeitarem a legislação em vigor	Todo o concelho	Todo o ano	15	79,24	Povoamento, matos e agrícola	Não estimados
OPERADORES DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS / FLORESTAIS	Utilização de máquinas florestais	Sem considerar as medidas de segurança necessárias e o facto de ser período crítico	Todo o concelho	Período crítico	3	849,15	Povoamentos, matos e agrícola	Não estimados
POPULAÇÃO ESCOLAR	Diminuição da ocorrência de futuros comportamentos de risco	Uso incorreto do fogo	Escolas do concelho de Trancoso	Todo o ano	----	----	----	----



FISCALIZAÇÃO

A fiscalização reforça a dissuasão de comportamentos de risco, cabendo ao SEPNA/GNR assumir a coordenação de todas as ações de vigilância e fiscalização, entre as diversas estruturas e a centralização da informação.

QUADRO 9 – Tabela de fiscalização – dados do ano 2013

		QUEIMADAS/QUEIMA DE SOBANTES (N.º)	QUEIMADAS/QUEIMA DE SOBANTES (%)	GESTÃO DE COMBUSTÍVEL (Nº)	GESTÃO DE COMBUSTÍVEL (%)
Nº DE AUTOS LEVANTADOS		12	100	8	100
SITUAÇÃO DOS PROCESSOS	Instruídos	0	0	0	0
	Arquivados	0	0	0	0
	Aguardam decisão	12	100	8	100

4.2.2 PLANEAMENTO DAS AÇÕES REFERENTES AO 2º EIXO ESTRATÉGICO

SENSIBILIZAÇÃO

O elevado número de ocorrências leva à necessidade de uma intervenção cuidada ao nível da prevenção, entendida como um conjunto das atividades que têm por objetivo reduzir ou anular a possibilidade de se iniciar um incêndio, diminuir a sua capacidade de desenvolvimento e mitigar os efeitos indesejáveis que o incêndio pode originar, atuando em duas vertentes, o controlo das ignições e o controlo da propagação. Considerando que o objetivo do controlo das ignições consiste em evitar que se dê início a um incêndio e que a maioria dos incêndios são causados por atividade humana, é sobre a alteração dos comportamentos humanos relativos ao uso do fogo que se deverá atuar.

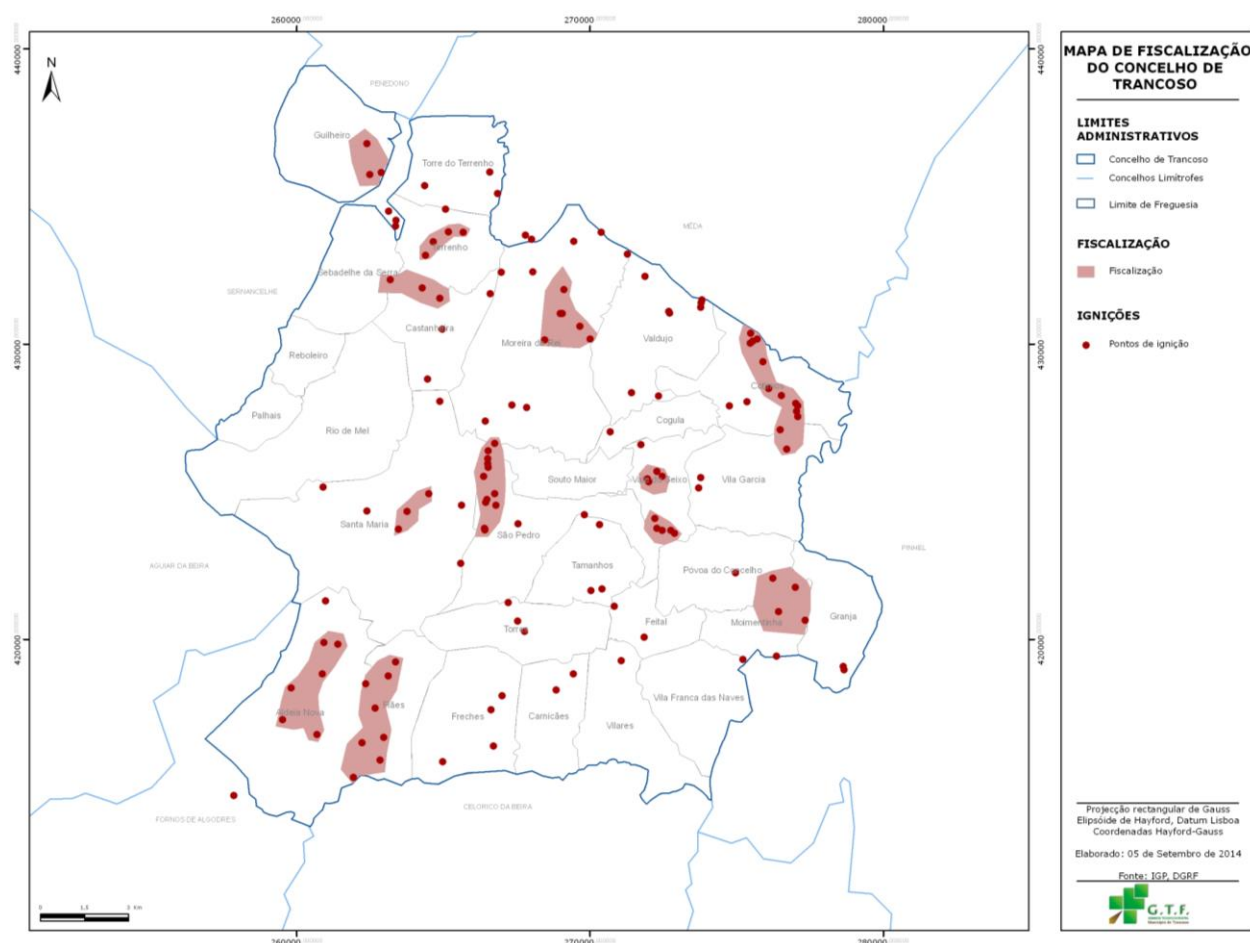
Torna-se imperativo educar os diferentes segmentos populacionais no sentido de reconhecerem na floresta um património coletivo, com valor económico, social e ambiental e assumirem responsabilidades do seu legado às suas gerações futuras, minimizando comportamentos de risco.

Tendo em conta que o presente plano integra as áreas administrativas de todas as freguesias/uniões de freguesias e porque contem os elementos e as conseqüentes decisões a elas associadas, é essencial o envolvimento, não só dos responsáveis pelas mesmas, como também na promoção de sessões de esclarecimento às populações acerca da matéria em causa.

QUADRO 10 – Sensibilização

PROBLEMA DIAGNOSTICADO	OBJETIVO	AÇÃO	INDICADORES				
			ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V
USO DO FOGO DURANTE O PERÍODO CRÍTICO	Sensibilizar/Esclarecer a população em geral (agricultor, pastor, apicultor, proprietário florestal, população escolar...), sobre as possíveis consequências inerentes ao uso incorreto do fogo	Realização de ações de sensibilização/esclarecimento através de editais, folhetos informativos, etc.	Folhetos Editais Página da internet	Folhetos Editais Página da internet	Folhetos Editais Página da internet	Folhetos Editais Página da internet	Folhetos Editais Página da internet
			Junho/julho	Junho/julho	Junho/julho	Junho/julho	Junho/julho
			Município	Município	Município	Município	Município
LIMPEZA DE COMBUSTÍVEIS À VOLTA DAS EDIFICAÇÕES ISOLADAS E EM REDOR DOS AGLOMERADOS POPULACIONAIS	Sensibilizar a população para a importância da gestão de combustível e informar acerca da lei vigente	Levantamento e sensibilização da população para as situações de risco	Ações de sensibilização	Ações de sensibilização	Ações de sensibilização	Ações de sensibilização	Ações de sensibilização
			Março	Março	Março	Março	Março
			Município	Município	Município	Município	Município
		Realização de ações de sensibilização/esclarecimento através de editais, folhetos informativos, etc.	Folhetos Editais Página da internet	Folhetos Editais Página da internet	Folhetos Editais Página da internet	Folhetos Editais Página da internet	Folhetos Editais Página da internet
			Abril/maio	Abril/maio	Abril/maio	Abril/maio	Abril/maio
			Município	Município	Município	Município	Município
DESCONHECIMENTO DO ESPAÇO FLORESTAL DO CONCELHO E DA SUA IMPORTÂNCIA POR PARTE DOS MAIS JOVENS	Sensibilizar os jovens para a riqueza do espaço florestal do Concelho e para a importância dos valores que detém	Realizar ações de sensibilização aos jovens no espaço escolar	Ações de sensibilização à população escolar do Concelho	Comemoração do Dia da Árvore	Ações de sensibilização à população escolar do Concelho	Comemoração do Dia da Árvore	Ações de sensibilização à população escolar do Concelho
			No decorrer do ano letivo	Março	No decorrer do ano letivo	Março	No decorrer do ano letivo
			Município	Município	Município	Município	Município

FISCALIZAÇÃO



MAPA 14 – Mapa das zonas prioritárias de dissuasão e fiscalização do concelho de Trancoso

As áreas assinaladas foram identificadas como prioritárias tendo em conta a elevada concentração de pontos de ignição e na zona de Feches e Aldeia Nova este fator acumula-se com áreas que não têm visibilidade a partir dos postos de vigia. No entanto, considera-se que a totalidade do concelho deve ser atentamente vigiado e fiscalizado de uma forma homogênea e persistente.



METAS E INDICADORES

QUADRO 11 – Metas e Indicadores referentes ao 2º eixo estratégico para o concelho de Trancoso

PROBLEMA DIAGNOSTICADO	OBJETIVO	AÇÃO	INDICADORES				
			ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V
USO DO FOGO DURANTE O PERÍODO CRÍTICO	Sensibilizar/Esclarecer a população em geral (agricultor, pastor, apicultor, proprietário florestal, população escolar...), sobre as possíveis consequências inerentes ao uso incorreto do fogo	Realização de ações de sensibilização/esclarecimento através de editais, folhetos informativos, etc.	Folhetos Editais Página da internet	Folhetos Editais Página da internet	Folhetos Editais Página da internet	Folhetos Editais Página da internet	Folhetos Editais Página da internet
			Junho/julho	Junho/julho	Junho/julho	Junho/julho	Junho/julho
			Município	Município	Município	Município	Município
LIMPEZA DE COMBUSTÍVEIS À VOLTA DAS HABITAÇÕES ISOLADAS E EM REDOR DOS AGLOMERADOS POPULACIONAIS	Sensibilizar a população para a importância da gestão de combustível e informar acerca da lei vigente	Levantamento e sensibilização da população para as situações de risco	Ações de sensibilização	Ações de sensibilização	Ações de sensibilização	Ações de sensibilização	Ações de sensibilização
			Março	Março	Março	Março	Março
			Município	Município	Município	Município	Município
		Realização de ações de sensibilização/esclarecimento através de editais, folhetos informativos, etc.	Folhetos Editais Página da internet	Folhetos Editais Página da internet	Folhetos Editais Página da internet	Folhetos Editais Página da internet	Folhetos Editais Página da internet
			Abril/maio	Abril/maio	Abril/maio	Abril/maio	Abril/maio
			Município	Município	Município	Município	Município
DESCONHECIMENTO DO ESPAÇO FLORESTAL DO CONCELHO E DA SUA IMPORTÂNCIA POR PARTE DOS MAIS JOVENS	Sensibilizar os jovens para a riqueza do espaço florestal do Concelho e para a importância dos valores que detém	Realizar ações de sensibilização aos jovens no espaço escolar	Ações de sensibilização à população escolar do Concelho	Comemoração do Dia da Árvore	Ações de sensibilização à população escolar do Concelho	Comemoração do Dia da Árvore	Ações de sensibilização à população escolar do Concelho
			No decorrer do ano letivo	Março	No decorrer do ano letivo	Março	No decorrer do ano letivo
			Município	Município	Município	Município	Município



ORÇAMENTO E RESPONSÁVEIS

QUADRO 12 – Orçamento e responsáveis para o 2º eixo estratégico

CONCELHO	Ação	METAS	RESPONSÁVEIS	ESTIMATIVA DE ORÇAMENTOS (€)					TOTAL (€)
				ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V	
CONCELHO DE TRANCOSO	Sensibilizar/Esclarecer a população em geral (agricultor, pastor, apicultor, proprietário florestal, população escolar...), sobre as possíveis consequências inerentes ao uso incorreto do fogo	Realização de ações de sensibilização/esclarecimento através de editais, folhetos informativos, etc.	Município de Trancoso	200	200	200	200	200	-
		Sub-total		200	200	200	200	200	1000
	Sensibilizar a população para a importância da gestão de combustível e informar acerca da lei vigente	Levantamento e sensibilização da população para as situações de risco	Município de Trancoso	-	-	-	-	-	-
		Realização de ações de sensibilização/esclarecimento através de editais, folhetos informativos, etc.	Município de Trancoso	200	200	200	200	200	-
		Sub-total		200	200	200	200	200	1000
	Sensibilizar os jovens para a riqueza do espaço florestal do Concelho e para a importância dos valores que detém	Realizar ações de sensibilização aos jovens no espaço escolar	Município de Trancoso	100	150	100	150	100	-
		Sub-total		100	150	100	150	100	600
TOTAL				500	550	500	550	500	2600



4.3 - 3º EIXO ESTRATÉGICO – MELHORIA E EFICÁCIA DO ATAQUE E DA GESTÃO DOS INCÊNDIOS

A organização de um dispositivo que preveja a mobilização preventiva de meios deve ter em conta a disponibilidade dos recursos, por forma a garantir a deteção e extinção rápidas dos incêndios, antes que eles assumam grandes proporções, sobretudo tendo em conta que este desafio poderá ser agravado pelos ciclos climáticos.

A definição prévia de canais de comunicação, formas de atuação, levantamento de responsabilidades e as competências das várias forças e entidades presentes, irá contribuir para uma melhor e mais eficaz resposta à questão dos incêndios florestais.

Para que exista um dispositivo estruturado e pronto para uma mobilização preventiva de meios, terá que se avaliar a disponibilidade e características dos recursos existentes, por forma a garantir uma deteção e extinção rápida dos incêndios.

Para definir as metas e os indicadores para as ações que consubstanciam o eixo estratégico – “melhoria da eficácia do ataque e da gestão de incêndios” teve-se em conta a informação base relativa à caracterização climática e análise do histórico e casualidade dos incêndios (Caderno I) e informação relativa à rede regional de defesa da floresta contra incêndios (RDFCI) incluída neste caderno.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	- Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1ª Intervenção; - Reforço da capacidade de 1ª Intervenção; - Reforço do ataque ampliado; - Melhoria e eficácia do rescaldo e vigilância após rescaldo.
OBJETIVOS OPERACIONAIS	- Estruturar e gerir a vigilância e a deteção como um sistema integrado (dispositivo de vigilância e deteção) de cariz municipal; - Estruturar o nível Municipal e Distrital de 1ª Intervenção; - Reforçara eficácia no combate terrestre ao nível Municipal e Distrital; (capacidade de comando das operações, coordenação das várias entidades envolvidas e mobilização dos meios); - Garantir a correta e eficaz execução do rescaldo; - Garantir a correta e eficaz execução da vigilância após rescaldo.
AÇÕES	- Executar a inventariação dos recursos e meios existentes e o respetivo plano de reequipamento; - Identificar todos os sistemas de vigilância e deteção, responsabilidades, procedimentos e objetivos; - Elaborar mapas de visibilidade de postos de vigia; - Definir procedimentos de mobilização de meios para cada nível de alerta.

4.3.1 AVALIAÇÃO REFERENTE AO 3º EIXO ESTRATÉGICO

VIGILÂNCIA E DETEÇÃO

A vigilância dos espaços rurais visa contribuir para a redução do número de ocorrências de incêndios florestais, identificando potenciais agentes causadores e dissuadindo os comportamentos que o propiciem. A organização do sistema de vigilância e deteção deve assentar na multiplicidade de fontes de vigilância. A complementaridade da vigilância fixa e da vigilância móvel é preponderante para assegurar uma cobertura efetiva da área do concelho.

Têm lugar no concelho de Trancoso dois postos de vigia (PV), PV do Pisco e PV da Broca, os quais integram a Rede Nacional de Postos de Vigia (RNPV), e que conjuntamente com sete postos de concelhos limítrofes, apresentam visibilidade para a área do município.

De referir a existência de zonas sombra, onde por questões orográficas a visibilidade por meio de vigilância fixa é nula, procurando-se diminuir o risco de incêndio com a existência de trilhos de vigilância móvel, associando-se à ação de vigilância para a deteção de incêndios, um carácter dissuasor de comportamentos dolosos de incendiarismo.



Posto de Vigia do Pisco

- INDICATIVO: 37-01
- LOCALIZAÇÃO: Serra do Pisco
- FREGUESIA: União das freguesias de Trancoso (Santa Maria e São Pedro) e Souto Maior
- CONCELHO: Trancoso
- ESTRUTURA: Alvenaria
- ENERGIA: Bateria
- ALTITUDE: 989m
- ALTURA DA PLATAFORMA: 6,5m
- ANO DE INSTALAÇÃO: 1965

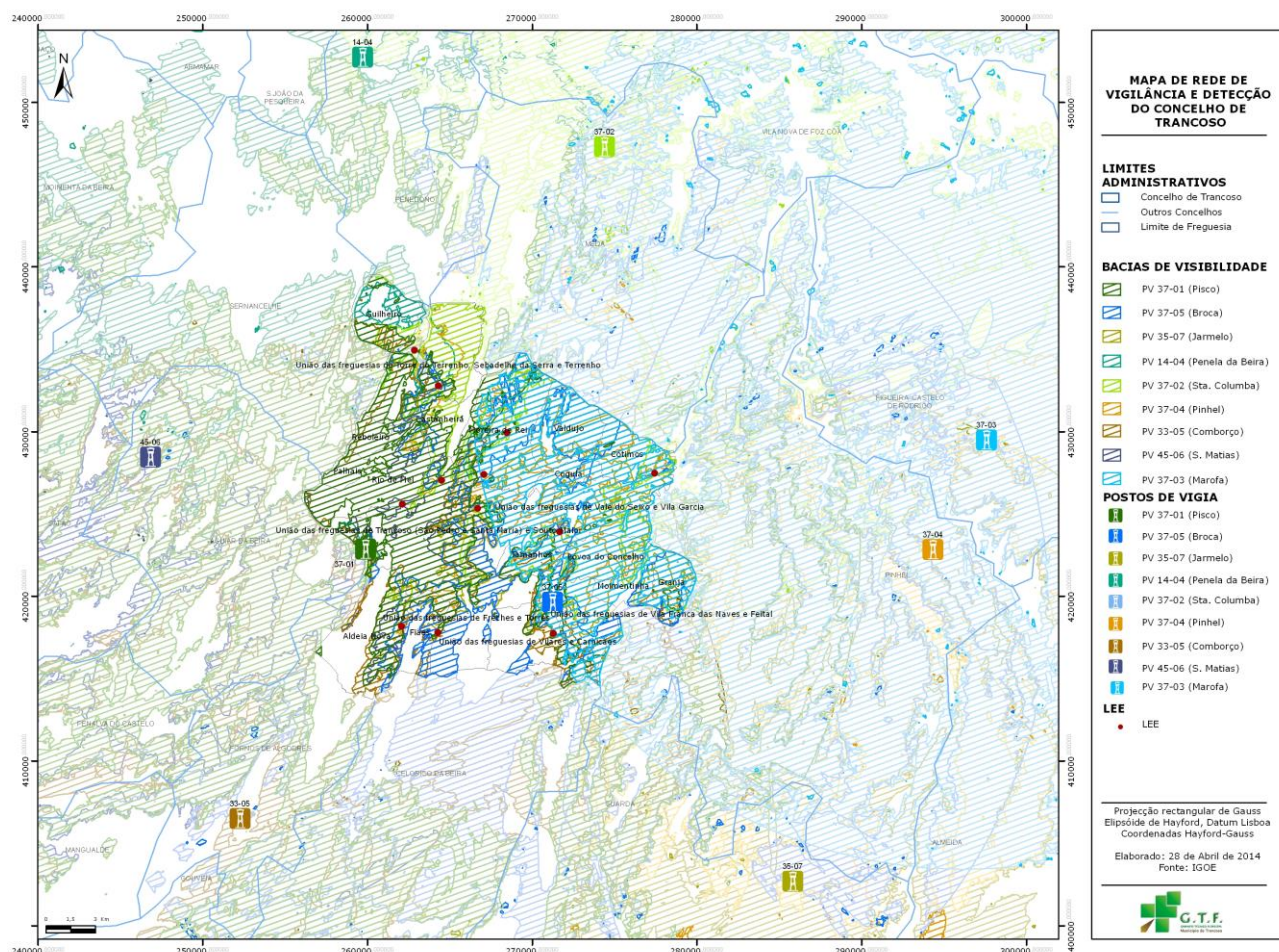


Posto de Vigia da Broca

- INDICATIVO: 37-05
- LOCALIZAÇÃO: Alto da Broca
- FREGUESIA: União das freguesias de Vilares e Carnicães
- CONCELHO: Trancoso
- ESTRUTURA: Metálica
- ENERGIA: Painei Solar
- ALTITUDE: 814m
- ALTURA DA PLATAFORMA: 4,2m
- ANO DE INSTALAÇÃO: 1998

Durante o período crítico, e quando for ativado o alerta amarelo, laranja ou vermelho, a vigilância armada é levada a cabo pelas equipas e agentes competentes, tendo em conta o estacionamento nos LEE que lhes estão destinados.

A coordenação do funcionamento dos postos de vigia, assim como do restante dispositivo de vigilância e deteção de incêndios, é da responsabilidade da GNR.



MAPA 15 – Mapa de fiscalização do concelho de Trancoso

QUADRO 13 – Índice entre o número de incêndios florestais e equipas de vigilância e deteção (2011-2013) nas fases de perigo – Alfa, Bravo, Charlie, Delta e Echo.

FASE DE PERIGO		ANO					
		2011		2012		2013	
		Nº de equipas	Nº incêndios	Nº de equipas	Nº incêndios	Nº de equipas	Nº incêndios
Fase ALFA	De 1 de Janeiro a 14 de Maio	2 SF	12	2 SF	69	2 SF	6
Fase BRAVO	De 15 de Maio a 30 de Junho	2SF+1PV	5	2SF+1PV	6	2SF+1PV	2
Fase CHARLIE	De 1 de Julho a 30 de Setembro	2SF+2PV	56	2SF+2PV	49	2SF+2PV	56
Fase DELTA	De 1 de Outubro a 31 de Outubro	2 SF	33	2 SF	0	2 SF	1
Fase ECHO	De 1 de Novembro a 31 de Dezembro	2 SF	2	2 SF	0	2 SF	7

SF – sapadores florestais, PV – posto de vigia

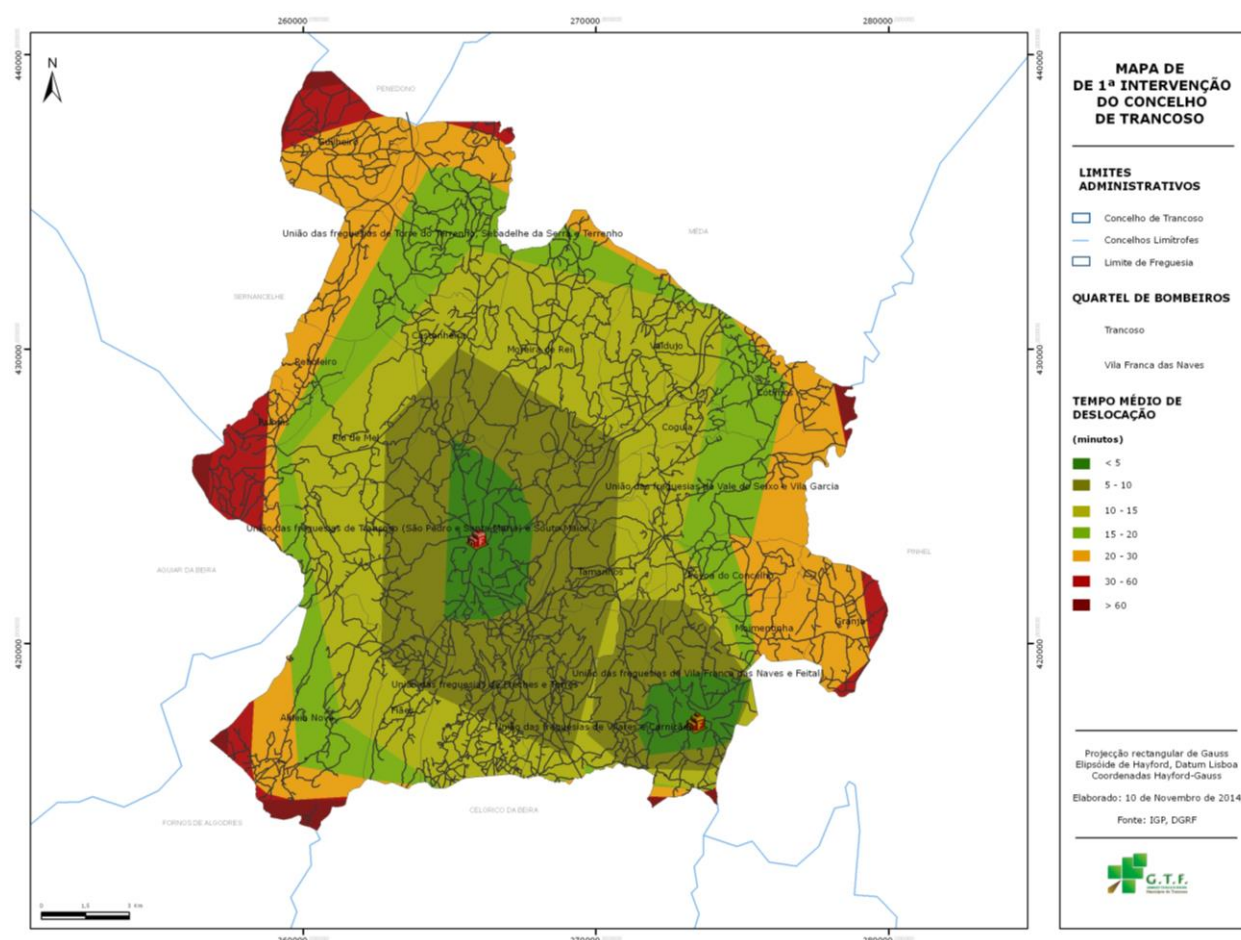
Nota: As equipas de sapadores florestais só efetuam vigilância e deteção quando em alerta, amarelo, laranja ou vermelho de risco de incêndio.

1ª INTERVENÇÃO

A Diretiva Operacional Nacional da ANPC estabelece como tempo máximo de 20 minutos, desde a ocorrência do incêndio até à chegada dos meios de intervenção (ataque inicial) ao local. O tempo de chegada destes meios é essencial para a eficácia/não eficácia do combate, de forma a evitar que os incêndios assumam proporções incontrolláveis.

O tempo de chegada dos meios de primeira intervenção (ataque inicial) ao local de ocorrência constitui um fator crítico na eficácia das manobras de supressão, de forma a evitar que os incêndios alcancem proporções incontrolláveis.

Assim, para a verificação dos tempos de percurso das viaturas de combate a incêndios, calculou-se a **carta de isócronas** (zonas com igual valor de tempo de deslocação), a partir do seus locais de estacionamento permanentes – Quartel dos Bombeiros Voluntários de Trancoso e Quartel dos Bombeiros Voluntários de Vila Franca das Naves, que permitiu a representação do potencial do tempo de chegada para 1.ª Intervenção, organizado em 7 classes (tempo médio de deslocação).



MAPA 16 – Mapa de tempos de intervenção do concelho de Trancoso



QUADRO 14 – Índice entre o número de incêndios florestais e equipas e número de elementos de 1ª intervenção nas fases de perigo.

FASE DE PERIGO		ANO								
		2011			2012			2013		
		Nº de equipas	Nº de incêndios	Nº de elementos	Nº de equipas	Nº de incêndios	Nº de elementos	Nº de equipas	Nº de incêndios	Nº de elementos
Fase ALFA	De 1 de Janeiro a 14 de Maio	2 SF	12	10	2 SF	69	10	2 SF	6	10
Fase BRAVO	De 15 de Maio a 30 de Junho	2SF+1PV	5	11	2SF+1PV	6	11	2SF+1PV	2	11
Fase CHARLIE	De 1 de Julho a 30 de Setembro	2SF+2PV	56	12	2SF+2PV	49	12	2SF+2PV	56	12
Fase DELTA	De 1 de Outubro a 31 de Outubro	2 SF	33	10	2 SF	0	10	2 SF	1	10
Fase ECHO	De 1 de Novembro a 31 de Dezembro	2 SF	2	10	2 SF	0	10	2 SF	7	10

SF – sapadores florestais, PV – posto de vigia

Nota: As equipas de sapadores florestais só efetuam vigilância e deteção quando em alerta, amarelo, laranja ou vermelho de risco de incêndio.

RESCALDO E VIGILÂNCIA PÓS-INCÊNDIO

Identificam-se no quadro que se segue o n.º de reacendimentos para o período do ano de 2002 até 2013, um dos objetivos deste plano é reduzir o n.º de reacendimentos sendo o desejável a sua eliminação.

QUADRO 15 – Número de reacendimentos por ano, para um período de 2002 a 2013

ANO	Nº DE OCORRÊNCIAS	Nº DE REACENDIMENTOS	% DE REACENDIMENTOS
2002	129	12	9,3
2003	82	5	6,1
2004	96	5	5,2
2005	134	7	5,2
2006	75	2	2,7
2007	115	0	0,0
2008	135	1	0,7
2009	184	3	1,6
2010	77	0	0,0
2011	108	0	0,0
2012	124	1	0,8
2013	72	8	11,1
TOTAL	1331	44	-



4.3.2 PLANEAMENTO DAS AÇÕES REFERENTES AO 3º EIXO ESTRATÉGICO

METAS E INDICADORES

QUADRO 16 – Metas e indicadores

FASES DE PERIGO	AÇÃO	METAS	UNIDADES	RESPONSÁVEIS	INDICADORES				
					ANO				
					I	II	III	IV	V
Fase ALFA	1ª INTERVENÇÃO	Diminuir o índice entre o n.º de incêndios florestais e equipas e n.º de elementos de 1.ª intervenção	%	BV / SF	< 6	< 6	< 4	< 4	< 3
Fase BRAVO/CHARLIE/DELTA	VIGILÂNCIA E DETEÇÃO	Diminuir o índice entre o n.º de incêndios florestais e o n.º total de equipas de vigilância e deteção	%	GNR / BV / SF	< 15	< 15	< 10	< 10	< 8
	1ª INTERVENÇÃO	Diminuir o índice entre o n.º de incêndios florestais e equipas e n.º de elementos de 1.ª intervenção	%	BV / SF	< 15	< 15	< 10	< 10	< 8
	RESCALDO E VIGILÂNCIA PÓS INCÊNDIO	Diminuir o n.º de reacendimentos	nº	BV / SF	< 3	< 3	< 2	< 2	< 1
Fase ECHO	VIGILÂNCIA E DETEÇÃO	Diminuir o índice entre o n.º de incêndios florestais e o n.º total de equipas de vigilância e deteção	%	GNR / BV / SF	< 2	< 2	< 2	< 2	< 2

BV – Corporações de Bombeiros Voluntários (Trancoso e Vila Franca das Naves); GNR – Guarda Nacional Republicana; SF – Equipas de Sapadores Florestais (Piscotávora e Alto da Broca)



ORÇAMENTO E RESPONSÁVEIS

QUADRO 17 – Orçamento e responsáveis

CONCELHO DE TRANCOSO	AÇÃO	METAS	RESPONSÁVEIS	INDICADORES					TOTAL
				ANO					
				I	II	III	IV	V	
	SISTEMA DE VIGILÂNCIA E DETECÇÃO	1ª Detecção postos de vigia	GNR	4000€	4000€	4000€	4000€	4000€	18.000€
		1ª Detecção equipas DFCI	EG	30000€	30000€	30000€	30000€	30000€	150.000€
	1ª INTERVENÇÃO	1ª Intervenção das equipas DFCI	EG	30000€	30000€	30000€	30000€	30000€	150.000€
	COMBATE E RESCALDO	Área ardida/ocorrência	EG	30000€	30000€	30000€	30000€	30000€	150.000€
	VIGILÂNCIA PÓS - INCÊNDIO	Área ardida /reacendimento	EG	40000€	40000€	40000€	40000€	40000€	200.000€
	TOTAL			134.000€	134.000€	134.000€	134.000€	134.000€	670.000€



4.4 - 4º EIXO ESTRATÉGICO – RECUPERAR E REABILITAR ECOSISTEMAS

A recuperação de áreas ardidas é o primeiro passo para tornar os ecossistemas mais resilientes aos incêndios florestais, o que pressupõe dois níveis de atuação:

- *Intervenções de curto prazo*, designadas por estabilização de emergência, cujo objetivo é evitar a degradação dos recursos (água e solo) e das infraestruturas (rede viária florestal);
- *Intervenções de médio prazo*, denominadas por reabilitação de povoamentos e habitats florestais, que têm por objetivo o restabelecimento do potencial produtivo e ecológico dos espaços florestais afetados por incêndios e por agentes bióticos.

As árvores têm um papel importante nos ecossistemas, sendo uma peça chave na conservação da natureza e da biodiversidade. São ainda uma fonte de matéria-prima renovável e um elemento decisivo na prevenção da erosão, bem como na regularização dos regimes hídricos.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	- Recuperar e reabilitar os ecossistemas
OBJETIVOS OPERACIONAIS	- Avaliação e mitigação dos impactes causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a curto, médio e longo prazo.
AÇÕES	- Avaliar as necessidades potenciais de ações de emergência e de reabilitação para evitar a degradação dos recursos e infraestruturas a curto, médio e longo prazo; - Avaliar a capacidade de recuperação do território municipal em caso de incêndio; - Calendarização da elaboração de um plano municipal de recuperação de áreas ardidas.

4.4.1 AVALIAÇÃO REFERENTES AO 4º EIXO ESTRATÉGICO

ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Nas intervenções de emergência é importante estabelecer prioridades e tipos de intervenção em função dos impactes causados pelos incêndios, no entanto, tendo por base o elevado despovoamento florestal e a elevada desertificação das áreas que deveriam estar afetadas a esta ocupação do solo, não nos é possível no presente plano definir áreas concretas a sujeitar a recuperação, visto a premente necessidade de atuar na quase totalidade do Concelho.

Consideramos de elevada importância a correção dos erros estruturais e culturais que generalizam a recorrente existência de povoamentos de resinosas, promovendo e incentivando as descontinuidades verticais e horizontais de cargas de combustíveis.



No concelho de Trancoso, caracterizado pela propriedade em regime de minifúndio, pela falta de iniciativa e conhecimentos dos proprietários, a falta de programas de incentivos, entre outros aspetos limitantes; não se realizaram ações de estabilização de emergência após a ocorrência de grandes incêndios.

Verificamos contudo, que houve uma excelente resposta do solo manifestada pela capacidade de regeneração da vegetação, não sendo recomendável nesta altura prever intervenções de emergência a curto ou médio prazo, pelo que não é possível elaborar um mapa com essas áreas.

REABILITAÇÃO DE POVOAMENTOS E *HABITATS* FLORESTAIS

Não estão previstas ações reabilitações de povoamentos e *habitats* florestais. Contudo, em qualquer altura e uma vez que o plano não é estático, poderá ser detetado algum caso específico que tenha necessidade de ser reabilitado.

4.4.2. PLANEAMENTO DAS AÇÕES REFERENTES AO 4.º EIXO ESTRATÉGICO

ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Pelo exposto na fase de avaliação, atualmente não é possível planejar ações de estabilização de emergência, contudo e dado plano vigorar por 5 anos, devemos considerar que o mesmo é dinâmico e que neste período pode ser revisto para incluir medidas de conservação da água e do solo e conservação da rede viária florestal e infraestruturas hidráulicas, os seus responsáveis e participantes.

REABILITAÇÃO DE POVOAMENTOS E *HABITATS* FLORESTAIS

As medidas propostas para a reabilitação de povoamentos e *habitats* florestais passam por remover a madeira morta das áreas e promover a reflorestação por forma a fixar os solos e a voltar a criar riqueza paisagística e económica. Contudo durante a vigência do plano poderá ser necessário a inclusão de intervenção nas mesmas áreas ou em áreas diferentes, bem como a identificação dos responsáveis e participantes.



4.5 - 5º EIXO ESTRATÉGICO – ADOÇÃO DE UMA ESTRUTURA ORGÂNICA FUNCIONAL E EFICAZ

A concretização das ações definidas no PMDFCI apenas será possível através da articulação e convergência de esforços dos diferentes organismos na defesa da floresta. Esta articulação requer uma organização que viabilize o trabalho de equipa e avalie os resultados das suas ações.

O nível Municipal deverá ser o alicerce de toda uma política de prevenção de proteção e socorro. O nível Distrital constitui-se como um patamar de um Comando Operacional único, profissional e permanente, garantindo, entre outras, a coordenação de todas as operações de socorro e assistência no seu Distrito, e com reflexo ao nível nacional.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	- Operacionalizar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.
OBJETIVOS OPERACIONAIS	- Fomentar as operações de DFCI e garantir o necessário apoio técnico e logístico.
Ações	- Identificar as entidades intervenientes no SDFCI, explicitando as suas competências na implementação das diferentes ações; - Planificar a formação das entidades intervenientes no SDFCI; - Promover a articulação entre as entidades intervenientes no SDFCI, visando a melhoria qualitativa da informação contida no POM; - Promover a harmonização dos conteúdos do PMDFCI/POM, nas regiões de fronteira com os concelhos vizinhos; - Elaboração do cronograma de reuniões da CMDF; - Estabelecer a data de aprovação do POM; - Explicitar o período de vigência do PMDFCI.

4.5.1 AVALIAÇÃO DAS AÇÕES REFERENTES AO 5º EIXO ESTRATÉGICO

FORMAÇÃO

O objetivo da formação consiste em transmitir maiores conhecimentos e competências para as funções a desempenhar.

QUADRO 18 – Formação

TIPO DE FORMAÇÃO	GRUPO DE FORMANDOS	N.º DE ELEMENTOS
COORDENAÇÃO	Câmara Municipal	2
DIVULGAR MEDIDAS DE SENSIBILIZAÇÃO	CMDFCI	10
VIGILÂNCIA, DETEÇÃO E 1ª INTERVENÇÃO	Câmara Municipal	1
	Juntas de freguesia e Uniões de freguesia	21



	Sapadores Florestais	10
	Bombeiros	150
	GNR (postos de vigia)	8
COMBATE	Bombeiro	150
RESCALDO E VIGILÂNCIA APÓS INCÊNDIO	Câmara Municipal	1
	Juntas de freguesia e Uniões de freguesia	21
	Sapadores Florestais	10
	Bombeiros	150
	GNR (postos de vigia)	8

4.5.2 PLANEAMENTO DE AÇÕES REFERENTES AO 5º EIXO ESTRATÉGICO

ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (SDFCI)

A concretização dos eixos estratégicos anteriormente expressos apenas será possível através da integração dos esforços das múltiplas instituições e agentes envolvidos na defesa da floresta.

Ao nível municipal e no que refere à definição de políticas e orientações no âmbito da defesa da floresta contra incêndios, a CMDFCI é o elo de ligação das várias entidades, sendo o presente plano o instrumento orientador das diferentes ações.

O Presidente da Câmara Municipal de Trancoso ou seu representante

O representante do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF)

Representante das Juntas/União de Freguesia

Associação humanitária dos Bombeiros Voluntários de Trancoso

Associação humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Franca das Naves

Guarda Nacional Republicana

Associações de Produtores Florestais do Piscotávora

Associação de Produtores Florestais do Alto da Broca



QUADRO 19 – Competências das entidades intervenientes no SDFCI

EIXOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS	INSTRUMENTOS	ENTIDADES		
1º EIXO ESTRATÉGICO	Criar e manter faixas de gestão de combustíveis	Caraterização física Caraterização da população	CMT-GNR-BV-OPF CMT-GNR-BV-OPF		
	Implementar mosaicos de parcelas gestão de combustíveis	Ocupação do solo Mapa dos modelos de combustíveis florestais	CMT-GNR-BV-OPF CMT-GNR-BV-OPF		
	Promover ações de silvicultura no âmbito da DFCI	Mapa de perigosidade de incêndio florestal Mapa de risco de incêndio florestal	CMT-GNR-BV-OPF CMT-GNR-BV-OPF		
	Promover ações de gestão de pastagens	Mapa de prioridades de defesa Mapa de faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis	CMT-GNR-BV-OPF CMT-GNR-BV-OPF		
	Criar e manter a rede de infraestruturas (rede viária e pontos de água)	Mapa da rede viária florestal Mapa da rede de pontos de água	CMT-GNR-BV-OPF CMT-GNR-BV-OPF		
	Sensibilização da população	Quadro de diagnóstico da população	CMT-GNR-BV-OPF		
	Sensibilização e educação escolar	Quadro de sensibilização da população	CMT-GNR-BV-OPF		
2º EIXO ESTRATÉGICO	Fiscalização	Quadro indicador da fiscalização (metas, indicadores e orçamento)	CMT-GNR-BV-OPF		
	Sistema de vigilância e deteção	Quadro com as entidades envolvidas e inventário dos equipamentos	CMT-GNR-BV-OPF		
	Sistema de 1.ª Intervenção	Quadro com os meios complementares de apoio ao combate	CMT-GNR-BV-OPF		
	Sistema de combate	Quadro dos dispositivos operacionais (funções e responsabilidades)	CMT-GNR-BV-OPF		
	Sistema do rescaldo	Esquema de comunicação dos alertas	CMT-GNR-BV-OPF		
	3º EIXO ESTRATÉGICO	Sistema de Vigilância após rescaldo	Esquema de procedimento dos alertas	CMT-GNR-BV-OPF	
Lista geral dos contatos			CMT-GNR-BV-OPF		
Mapa dos setores territoriais de DFCI			CMT-GNR-BV-OPF		
Mapa da rede de postos de vigia e bacias de visibilidade			CMT-GNR-BV-OPF		
Mapa de vigilância do concelho			CMT-GNR-BV-OPF		
Mapa de 1.ª intervenção			CMT-GNR-BV-OPF		
Mapa de combate, rescaldo e vigilância pós incêndio			CMT-GNR-BV-OPF		
Cartografia de apoio á decisão (CAD) I			CMT-GNR-BV-OPF		
Cartografia de apoio á decisão (CAD) II			CMT-GNR-BV-OPF		
Cartografia de apoio á decisão (CAD) III			CMT-GNR-BV-OPF		
Mapa de vigilância e deteção,1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio			CMT-GNR-BV-OPF		
4º EIXO ESTRATÉGICO			Recuperação de áreas ardidas	Avaliação e calendarização da recuperação das áreas ardidas	CMT-GNR-BV-OPF
5º EIXO ESTRATÉGICO			Organigrama/quadro de competências		CMT-GNR-BV-OPF
	Prazo de vigência do PMDFCI				
	Identificação das componentes do POM				
	Procedimentos e periodicidade da monitorização do PMDFCI e atualização do POM				
	Planificação das reuniões da CMDFCI				
	Definição da data de aprovação do POM (data limite 15 de Abril)				
	Processo de monitorização do PMDFCI - Contribuições de cada entidade				
	Estimativa de orçamento para implementação do PMDFCI				

NOTA: CMT – Câmara Municipal de Trancoso –GNR – Guarda Nacional Republicana –BV – Bombeiros Voluntários – OPF - Organizações de produtores florestais



FORMAÇÃO DA CMDFCI

QUADRO 20 – Estimativa de orçamento na formação da CMDFCI

ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO	ANO					
	I	II	III	IV	V	TOTAL
	200 (€)	200 (€)	200 (€)	200 (€)	200 (€)	1000 (€)

REUNIÕES DA CMDFCI

QUADRO 21 – Cronograma de reuniões da CMDFCI

DE 1 DE ABRIL A 15 DE ABRIL	Aprovação do plano operacional municipal e alteração do plano municipal de defesa da floresta contra incêndios sempre que se justifique.
EM OUTUBRO/NOVEMBRO	Avaliação da época estival

NOTA: Caso se justifique a CMDFCI reunirá fora destas datas

APROVAÇÃO DO PLANO OPERACIONAL MUNICIPAL (POM) E PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

O **plano municipal de defesa da floresta contra incêndios** tem um período de vigência de **cinco anos** (do ano I (2014) ao ano V (2018)), sendo um documento dinâmico e que, como foi referido no quadro anterior, será revisto sempre que necessário na **1.ª quinzena de abril de cada ano**, quando a comissão municipal de defesa da floresta contra incêndios concretiza a **aprovação do plano operacional municipal**.

Caso exista um motivo que o justifique este documento poderá ser revisto e alterado noutra data, que não a indicada.



CAPÍTULO V

ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO



5. ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO

A estimativa de orçamento total considerado neste ponto resulta da compilação dos valores apresentados em cada eixo estratégico do PMDFCI, para o desenvolvimento das atividades necessárias, ao cumprimento das metas definidas em cada ação.

QUADRO 22 – Estimativa de orçamento para a implementação do PMDFCI

EIXOS ESTRATÉGICOS	ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO TOTAL (€)					
	ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V	TOTAL/EIXO
1.º EIXO ESTRATÉGICO	1.407.094,81	1.212.197,79	1.302.466,89	1.039.093,0	986.375,3	5.947.227,79
2.º EIXO ESTRATÉGICO	500	550	500	550	500	2.600
3.º EIXO ESTRATÉGICO	134.000	134.000	134.000	134.000	134.000	670.000
4.º EIXO ESTRATÉGICO	-	-	-	-	-	0
5.º EIXO ESTRATÉGICO	200	200	200	200	200	1.000
TOTAL/ANO	1.541.794,81	1.346.947,79	1.437.166,89	1.173.843,0	1.121.075,3	-
Total PMDFCI						6.620.827,79



CAPÍTULO VI

ANEXO – CARTOGRAFIA DE PORMENOR